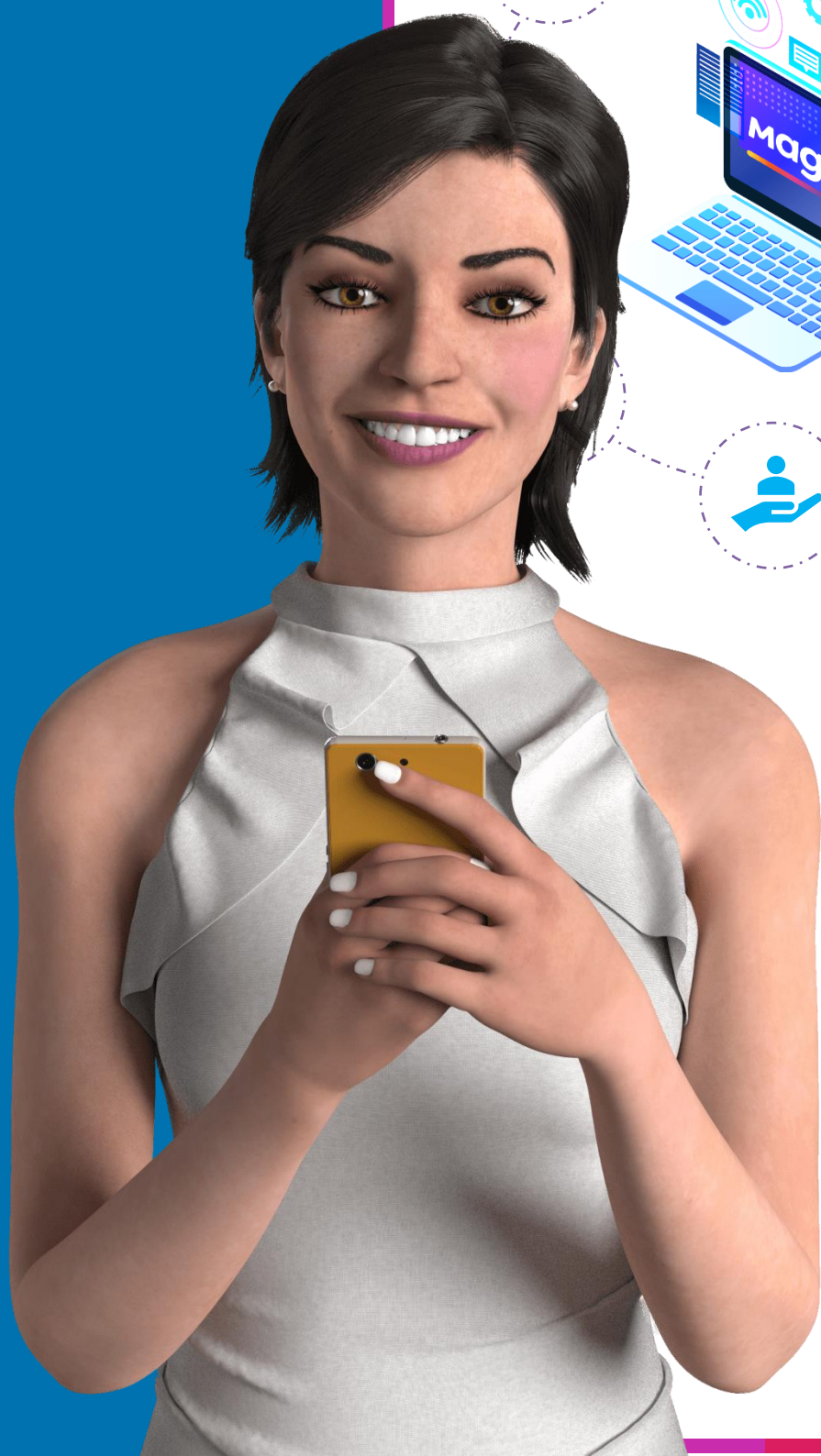


Magalu

Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022



Magazine Luiza S.A. e Controladas

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Aos Administradores e Acionistas do
Magazine Luiza S.A.
Franca - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Compliance com Leis e Regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração da Companhia tomou conhecimento de denúncia anônima sobre supostas práticas em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia relacionadas com irregularidades envolvendo transações de bonificações realizadas com certos distribuidores e fornecedores. O Conselho de Administração determinou ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance a condução de investigação sobre os fatos alegados na denúncia anônima, com a assessoria de especialistas externos independentes, para analisar os procedimentos internos relacionados a essas transações e apurar tais alegações.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à natureza das alegações e magnitude dos valores envolvidos, bem como, o fato da diretoria determinar a contratação de consultores independentes especializados para a investigação e auxílio na apuração de tais fatos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) análise do processo e controles implementados pela diretoria para a captura dos processos, avaliação de riscos, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das informações relacionadas às investigações, que incluiu também a análise do canal de denúncias, tratamento destas denúncias e comunicação dos resultados aos órgãos de governança competentes; (ii) avaliação do relatório emitido em 25 de agosto de 2023 por empresa especializada contratada pela Companhia para investigação de tais alegações; (iii) entendimento e acompanhamento das principais ações da diretoria e dos órgãos de governança em relação a tais alegações.

As interações ocorreram com o Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance (CARC), membros do CARC e membros da administração; (iv) envolvimento dos nossos especialistas forenses para realizar procedimento de *shadow investigation* e avaliar se a investigação foi conduzida de acordo com as melhores práticas aplicáveis; e (v) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto na nota explicativa 2.3.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os processos de investigação conduzidos pela Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os procedimentos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2.3, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e de suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e dos seus sistemas e aplicações, somados à natureza dos seus negócios e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e dos controles gerais de tecnologia da informação (“CGTI”) relacionados aos sistemas e aplicações por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (ii) avaliação dos procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia; (iii) envolvimento de profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos; (iv) avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis, (v) execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia.

No que se refere aos controles sobre os acessos lógicos: (i) analisamos o processo de autorização e de concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários, e; (ii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia da informação.

No que se refere ao processo de gestão de mudanças: (i) avaliamos se as mudanças nos sistemas e aplicações foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia, e; (ii) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de procedimentos de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

As deficiências no desenho e na operação dos controles gerais de tecnologia da informação (CGTI) alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas de auditoria. Levando em consideração o aumento na extensão dos procedimentos de auditoria, julgado por nós apropriado, os resultados destes procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

Provisão para demandas judiciais tributárias

Conforme divulgado na Nota Explicativa 24, a Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão para demandas judiciais, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$891.046 mil e R\$1.507.384 mil, representando 3,9% e 5,4% do total do passivo na controladora e no consolidado, respectivamente. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias requerem julgamento por parte da diretoria, que conta com o suporte das opiniões legais dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e o desenvolvimento das disputas tributárias nos tribunais, podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte em disputas tributárias que somam R\$3.806.579 mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$4.447.816 mil nas demonstrações financeiras consolidadas, as quais não estão provisionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à avaliação por parte da diretoria, suportada pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia, de que o prognóstico de perda é possível.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria em conjunto com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria no processo de identificação e registro contábil das provisões para demandas judiciais tributárias; (ii) avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais tributárias; (iii) envolvimento de profissionais especializados em controvérsia tributária, que analisaram os processos relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia;

(iv) obtenção de evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a revisão da documentação suporte, dos pareceres e das opiniões legais, bem como as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo tributário, e; (v) avaliação da adequação das divulgações da Nota Explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para demandas judiciais tributárias, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para demandas judiciais tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acordos comerciais nas compras de mercadorias para revenda (Bonificações)

Conforme divulgado na Nota Explicativa 8, a Companhia possui acordos comerciais com seus fornecedores de mercadorias para revenda, os quais podem ser de natureza específica ou complexa no âmbito do setor varejista. Nesse contexto, existem diferentes categorias de acordos comerciais que, substancialmente, possuem vinculação com a revenda das mercadorias para obtenção de incentivos financeiros pela Companhia. Assim sendo, se faz necessária a realização de procedimentos por parte da diretoria, em especial, analisar e concluir sobre os valores e período correto em que as bonificações apuradas nestes acordos devem ser contabilmente reconhecidas como redutor do custo das mercadorias vendidas ou recuperação de despesas de marketing (verba de propaganda cooperada).

Mediante o exposto, consideramos o reconhecimento contábil das bonificações decorrentes de acordos comerciais, principalmente no que se refere à totalidade e ao seu registro no correto período contábil, como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, dentre outros: (i) avaliação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria no processo de identificação e registro contábil dos acordos comerciais com fornecedores; (ii) atualização do entendimento dos processos de negócios estabelecidos pela diretoria para identificação, mensuração e registro contábil dos acordos comerciais com fornecedores; (iii) entendimento dos principais termos contratuais, individualmente relevantes ou com características específicas ; (iv) confirmação externa dos valores de bonificações a receber de determinados fornecedores, considerando aspectos de relevância de valores e amostra representativa; (v) teste do reconhecimento das bonificações no correto período de competência, incluindo verificação de liquidação financeira subsequente para uma amostra de transações; e (vi) avaliação da adequação das divulgações da Nota Explicativa 2.3 e 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os acordos comerciais, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas 2.3 e 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, acima referidas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Alexandre Rubio', with a horizontal line underneath it.

Alexandre Rubio
Contador CRC-SP-223361/O

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.113.662	808.764	2.593.346	2.420.045
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	7	578.311	304.298	779.072	304.298
Contas a receber	8	3.919.547	4.587.059	5.885.450	6.760.270
Estoques	9	6.383.303	6.608.969	7.497.299	7.790.069
Contas a receber de partes relacionadas	10	1.675.950	3.305.722	1.273.718	2.576.572
Tributos a recuperar	11	1.475.359	1.376.204	1.680.511	1.564.188
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	79.374	258.838	177.024	314.457
Outros ativos circulantes		84.208	70.436	334.743	208.237
Total do ativo circulante		15.309.714	17.320.290	20.221.163	21.938.136
Não circulante					
Contas a receber	8	72.691	17.156	72.691	17.156
Tributos a recuperar	11	2.409.362	2.037.328	2.464.245	2.123.865
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	2.513.695	1.625.928	2.836.852	1.686.360
Depósitos judiciais	24	1.260.289	1.234.720	1.734.546	1.650.223
Outros ativos não circulantes		104.365	106.615	113.671	116.786
Realizável a longo prazo		6.360.402	5.021.747	7.222.005	5.594.390
Investimentos em controladas	13	4.629.769	4.379.731	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	14	322.516	338.833	322.516	338.833
Direito de uso de arrendamento	15	3.282.873	3.473.159	3.343.054	3.511.497
Imobilizado	16	1.650.996	1.769.292	1.841.522	1.955.479
Intangível	17	1.055.626	896.749	4.504.807	4.427.510
Total do ativo não circulante		17.302.182	15.879.511	17.233.904	15.827.709
Total do ativo		32.611.896	33.199.801	37.455.067	37.765.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	6.008.527	4.604.573	6.965.980	5.741.020
Fornecedores - convênio	19	2.312.134	3.756.776	2.358.092	3.802.237
Parceiros e outros depósitos	20	-	-	1.765.149	1.552.643
Empréstimos e financiamentos	21	2.928.459	92.607	2.954.347	124.297
Salários, férias e encargos sociais		224.974	242.906	401.867	420.496
Tributos a recolher		229.494	141.811	359.971	224.889
Contas a pagar a partes relacionadas	10	325.607	256.707	100.961	152.511
Arrendamento mercantil	15	493.861	604.140	508.359	619.788
Receita diferida	22	122.407	52.009	145.899	76.908
Outros passivos circulantes	23	1.268.164	1.621.391	1.847.502	2.118.136
Total do passivo circulante		13.913.627	11.372.920	17.408.127	14.832.925
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	4.000.278	6.584.571	4.400.508	6.984.460
Tributos a recolher		2.024	4.614	4.837	7.836
Arrendamento mercantil	15	3.020.488	3.047.523	3.069.796	3.073.728
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	105.122	108.822
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	996.505	814.836	1.619.166	1.193.765
Receita diferida	22	938.246	238.354	1.102.758	423.464
Outros passivos não circulantes	23	130.194	488.282	134.219	492.144
Total do passivo não circulante		9.087.735	11.178.180	10.436.406	12.284.219
Total do passivo		23.001.362	22.551.100	27.844.533	27.117.144
Patrimônio líquido					
Capital social	25	12.352.498	12.352.498	12.352.498	12.352.498
Reserva de capital		(2.087.258)	(1.896.383)	(2.087.258)	(1.896.383)
Ações em tesouraria		(990.603)	(1.245.809)	(990.603)	(1.245.809)
Reserva legal		137.442	137.442	137.442	137.442
Reserva de lucros		319.837	1.298.941	319.837	1.298.941
Ajuste de avaliação patrimonial		(121.382)	2.012	(121.382)	2.012
Total do patrimônio líquido		9.610.534	10.648.701	9.610.534	10.648.701
Total do Passivo e Patrimônio líquido		32.611.896	33.199.801	37.455.067	37.765.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	26	30.097.635	29.872.131	36.768.149	37.299.002
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	27	(22.436.918)	(22.098.829)	(26.604.266)	(26.860.106)
Lucro bruto		7.660.717	7.773.302	10.163.883	10.438.896
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	(5.612.277)	(5.389.954)	(7.002.066)	(6.741.109)
Gerais e administrativas	28	(912.413)	(847.184)	(1.335.204)	(1.370.198)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(366.710)	(251.603)	(386.157)	(239.658)
Depreciação e amortização	15/16/17	(1.001.857)	(940.865)	(1.242.690)	(1.163.624)
Resultado de equivalência patrimonial	13/14	140.692	286.866	(19.010)	(35.738)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	(289.647)	(126.445)	(550.904)	(116.934)
		(8.042.212)	(7.269.185)	(10.536.031)	(9.667.261)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(381.495)	504.117	(372.148)	771.635
Receitas financeiras		933.705	560.687	1.106.101	695.425
Despesas financeiras		(2.419.081)	(2.350.728)	(2.798.320)	(2.736.458)
Resultado financeiro	30	(1.485.376)	(1.790.041)	(1.692.219)	(2.041.033)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.866.871)	(1.285.924)	(2.064.367)	(1.269.398)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	887.767	786.949	1.085.263	770.423
Prejuízo do exercício		(979.104)	(498.975)	(979.104)	(498.975)
Prejuízo atribuível a:					
Acionistas controladores		(979.104)	(498.975)	(979.104)	(498.975)
Prejuízo por ação					
Básico (reais por ação)	25	(0,146)	(0,075)	(0,146)	(0,075)
Diluído (reais por ação)	25	(0,146)	(0,075)	(0,146)	(0,075)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(979.104)	(498.975)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos Outros Resultados Abrangentes – ORA	(6.262)	1.776
Efeito dos impostos	2.129	(604)
Total de itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(4.133)	1.172
Ativos financeiros mensurados ao valor justo – VJORA	127.527	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(855.710)	(497.803)
Atribuível a:		
Acionistas controladores	(855.710)	(497.803)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2022 e 01 de janeiro de 2022.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de lucros			Prejuízo acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
					Reserva de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos	Reserva de incentivos fiscais			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.352.498	(1.637.055)	(1.449.159)	137.442	582.635	58.749	1.215.281	-	840	11.261.231
Plano de ações	-	53.750	-	-	-	-	-	-	-	53.750
Ações em tesouraria vendidas ou entregues em planos de ações e negócios combinados	-	(132.025)	203.350	-	-	-	-	-	-	71.325
Reclassificação de contraprestação por aquisição	-	(181.053)	-	-	-	-	-	-	-	(181.053)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(58.749)	-	-	-	(58.749)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(498.975)	-	(498.975)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	(498.975)	-	-	498.975	-	-
	-	(259.328)	203.350	-	(498.975)	(58.749)	-	-	-	(613.702)
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	1.172	1.172
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.352.498	(1.896.383)	(1.245.809)	137.442	83.660	-	1.215.281	-	2.012	10.648.701
Plano de ações	-	68.323	-	-	-	-	-	-	-	68.323
Ações em tesouraria vendidas ou entregues em planos de ações e negócios combinados	-	(259.198)	255.206	-	-	-	-	-	-	(3.992)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(979.104)	-	(979.104)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	(83.660)	-	-	83.660	-	-
	-	(190.875)	255.206	-	(83.660)	-	-	(895.444)	-	(914.773)
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(123.394)	(123.394)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.352.498	(2.087.258)	(990.603)	137.442	-	-	1.215.281	(895.444)	(121.382)	9.610.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(979.104)	(498.975)	(979.104)	(498.975)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	12 (887.767)	(786.949)	(1.085.263)	(770.423)
Depreciação e amortização	15/16/17 1.001.857	940.865	1.242.690	1.163.624
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos provisionados	15/21 1.241.750	1.157.231	1.300.876	1.213.425
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(30.793)	(37.657)	(40.491)	(37.657)
Equivalência patrimonial	13/14 (140.692)	(286.866)	19.010	35.738
Movimentação da provisão para perdas em ativos	2.637	503.468	16.978	512.658
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24 288.913	114.283	534.717	66.706
Resultado de baixa de ativos	29 (213.932)	1.357	(200.143)	695
Apropriação da receita diferida	22 (89.815)	(62.657)	(112.720)	(75.958)
Despesas com plano de opção de ações	45.477	85.315	68.323	116.677
Lucro líquido do exercício ajustado	238.531	1.129.415	764.873	1.726.510
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	529.742	(1.002.786)	737.050	(1.451.867)
Títulos e valores mobiliários	(243.220)	1.289.570	(434.283)	1.289.730
Estoques	177.738	1.105.560	230.501	1.152.038
Contas a receber de partes relacionadas	1.629.898	912.810	1.286.600	1.145.572
Tributos a recuperar	(291.725)	(906.631)	(319.270)	(936.811)
Depósitos judiciais	(25.569)	(299.391)	(84.323)	(460.329)
Outros ativos	(11.523)	(33.238)	(114.191)	107.546
Varição nos ativos operacionais	1.765.341	1.065.894	1.302.084	845.879
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	1.403.954	(89.703)	1.224.960	102.632
Parceiros e outros depósitos	-	-	212.506	133.746
Salários, férias e encargos sociais	(17.932)	5.636	(18.629)	50.320
Tributos a recolher	69.604	20.211	86.527	6.727
Contas a pagar a partes relacionadas	68.900	60.813	(51.550)	27.209
Outras contas a pagar	(295.839)	201.208	(194.296)	160.427
Varição nos passivos operacionais	1.228.687	198.165	1.259.518	481.061
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(38.864)	(59.826)
Recebimento de dividendos	167.011	273.201	67.011	70.498
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	3.399.570	2.666.675	3.354.622	3.064.122
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	16 (114.735)	(216.838)	(168.225)	(265.129)
Aquisição de ativo intangível	17 (363.886)	(302.757)	(472.620)	(430.282)
Aumento de capital em controlada	13 (181.276)	(123.794)	-	-
Pagamento por aquisição de controlada	(511.586)	(595.796)	(528.948)	(620.147)
Venda de participação societária em controlada em conjunto	14 166.793	-	166.793	-
Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração	22 850.000	64.261	854.600	272.000
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(154.690)	(1.174.924)	(148.400)	(1.043.558)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	400.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	21 -	(7.917)	(4.715)	(383.261)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	21 (685.495)	(591.701)	(742.716)	(616.462)
Pagamento de arrendamento mercantil	15 (483.901)	(470.226)	(512.750)	(487.186)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	15 (325.944)	(314.441)	(328.595)	(321.543)
Redução de fornecedores – convênio	(1.444.642)	(657.490)	(1.444.145)	(658.319)
Pagamento de dividendos	-	(99.966)	-	(99.966)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(2.939.982)	(2.141.741)	(3.032.921)	(2.166.737)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa				
	304.898	(649.990)	173.301	(146.173)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	808.764	1.458.754	2.420.045	2.566.218
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.113.662	808.764	2.593.346	2.420.045
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	304.898	(649.990)	173.301	(146.173)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	35.805.818	34.925.529	44.534.188	43.889.925
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(366.710)	(251.603)	(386.157)	(239.658)
Outras receitas operacionais	3.369	48.903	(196.787)	87.284
	35.442.477	34.722.829	43.951.244	43.737.551
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(23.833.295)	(23.567.823)	(27.990.389)	(28.238.326)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.701.321)	(4.267.963)	(5.824.787)	(5.603.196)
Perda e recuperação de valores ativos	(46.725)	(87.195)	(92.268)	(95.694)
	(28.581.341)	(27.922.981)	(33.907.444)	(33.937.216)
Valor adicionado bruto	6.861.136	6.799.848	10.043.800	9.800.335
Depreciação e amortização	(1.001.857)	(940.865)	(1.242.690)	(1.163.624)
	5.859.279	5.858.983	8.801.110	8.636.711
Valor adicionado líquido produzido pela entidade				
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	140.692	286.866	(19.010)	(35.738)
Receitas financeiras	933.705	560.687	1.106.101	695.425
	6.933.676	6.706.536	9.888.201	9.296.398
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	1.656.413	1.719.575	2.389.514	2.427.759
Benefícios	269.633	323.428	415.840	438.227
FGTS	122.384	131.754	213.200	205.593
	2.048.430	2.174.757	3.018.554	3.071.579
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	255.959	100.554	981.030	1.000.025
Estaduais	3.063.413	2.479.627	3.833.346	2.785.587
Municipais	108.087	89.102	169.408	143.530
	3.427.459	2.669.283	4.983.784	3.929.142
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	2.245.673	2.185.678	2.499.485	2.549.859
Aluguéis	72.133	59.797	82.447	73.361
Outras	119.085	115.996	283.035	171.432
	2.436.891	2.361.471	2.864.967	2.794.652
Remuneração de capital próprio:				
Prejuízo acumulado	(979.104)	(498.975)	(979.104)	(498.975)
	(979.104)	(498.975)	(979.104)	(498.975)
	6.933.676	6.706.536	9.888.201	9.296.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “MGLU3” e atua, preponderantemente, no comércio varejista, por meio de lojas físicas, e-commerce e seu SuperApp. O SuperApp é um aplicativo que oferece produtos e serviços do Magazine Luiza, de suas controladas e, através da plataforma de marketplace, de parceiros comerciais (“sellers”). Sua controlada em conjunto Luizacred (nota 13), oferece serviço de operações de empréstimos e financiamentos a clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e *holding* é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como “Companhia” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 1.287 lojas e 21 centros de distribuição (1.399 lojas e 23 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2022) localizados em todas as regiões do País. A Companhia atua também nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br, www.epocacosmeticos.com.br, www.netshoes.com.br, www.zattini.com.br, www.shoestock.com.br, www.kabum.com.br e seus respectivos aplicativos “*mobile*”, bem como pelos aplicativos de “*food delivery*” AiQfome, Tônolucro e Plus Delivery.

Em 18 de março de 2024, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A Administração adota a política contábil de apresentar os juros pagos como atividades de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada, bem como as demonstrações financeiras utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Revisão de estimativas e aprimoramento de controles internos

No dia 6 de março de 2023, a Administração tomou conhecimento de uma denúncia anônima tendo por objeto supostas práticas em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia. Diante disso o Conselho de Administração determinou ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance a apuração dos fatos alegados na denúncia anônima, com a assessoria de especialistas externos independentes, a qual foi devidamente apurada e encerrada, e a conclusão foi pela improcedência da denúncia anônima.

Após completar os procedimentos de análise das documentações e suas formalizações, bem como a adoção de procedimentos adicionais e extensivos de auditoria, e considerando publicações e interpretações técnicas recentes sobre as melhores práticas de reconhecimento contábil de bonificações de fornecedores, a Companhia realizou uma revisão nas estimativas de realização dos saldos de bonificações a receber, originadas em períodos anteriores, e procedeu aos ajustes contábeis nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2023, ora reapresentadas, sem alterações no patrimônio líquido e demais saldos patrimoniais apresentados anteriormente.

Tais ajustes não implicaram em impactos de aumento ou redução nos saldos de caixa anteriormente apresentados, tampouco em quebras de cláusulas restritivas (*covenants*) de empréstimos e financiamentos.

Adicionalmente, a Administração adotou as medidas necessárias para melhorar seus controles internos da Companhia, tais como:

- Revisão das matrizes de riscos, aprimoramento de políticas (inclusive a contábil), diretrizes e controles internos do processo de negociação comercial;
- Adoção de processos adicionais de segregação das funções relacionadas à execução das etapas do processo de negociação e apropriação das bonificações;
- Aprimoramento do sistema automatizado como ferramenta primária de gestão de verbas de fornecedores e mecanismos que permitam acompanhar o cumprimento das obrigações de desempenho de cada negociação;
- Revisão e aprimoramento do plano e rotina mensal de auditoria interna sobre os processos de negociação comercial, com reporte ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.

3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A base de consolidação da Companhia inclui:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação direta ou indireta %	
		2023	2022
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%	100%
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	100%	100%
Magalu Log (Magalog)	Empresa de serviços logísticos	100%	100%
Luizalabs Sistemas de Informação	Soluções tecnológicas para varejo e indústrias de bens de consumo	100%	100%
Netshoes	Comércio eletrônico de artigos esportivos e moda	100%	100%
Fintech Magalu	Instituição de Pagamentos	100%	100%
Kabum	Comércio eletrônico de equipamentos de informática	100%	100%

As demonstrações financeiras consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

4. Políticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

4.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“*impairment*”)

i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii) Alocação dos saldos de ágio

O ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa e é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

4.3. Ajustes a valor presente

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-

fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para perda esperada de créditos.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica “Receitas de vendas de mercadorias”, também pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua reversão é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

4.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

4.5. Benefícios de empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos elegíveis é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os elegíveis adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

4.6. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

4.7. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

4.8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotá-las, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao IFRS 16 – Passivo de locação em um *Sale and Leaseback*: especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração de responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A alteração vigora a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante. A alteração vigora a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações

objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.
- Nota explicativa 11 – determinação dos créditos tributários de ICMS a recuperar incluídos nas ações judiciais
- Nota explicativa 15 – determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para perda esperada de créditos.
- Nota explicativa 9 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques;
- Nota explicativa 11 – Tributos a recuperar: os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação.
- Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa 16 e 17 - Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Nota explicativa 17 - A determinação do ágio na aquisição de empresas é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.
- Notas explicativas 24 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 32 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos (*impairment*): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização

Taxas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	77.723	95.911	78.780	96.583
Bancos	72.988	106.752	104.866	153.431
Depósitos a curto prazo	De 88% a 103% CDI	606.101	2.359.144	2.132.556
Fundos de investimentos não exclusivos	De 97% a 100% CDI	-	50.556	37.475
	1.113.662	808.764	2.593.346	2.420.045

A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota 32.

7. Títulos e valores mobiliários

Taxas	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Fundo de investimento não exclusivo	100% a 102% CDI	4.809	14.525	4.809	14.525
Fundo de investimento em direitos creditórios	(a)	49.263	44.500	3.248	44.500
Fundo de investimento exclusivo:	(b)				
Títulos públicos federais		524.239	245.273	771.015	245.273
		578.311	304.298	779.072	304.298

- (a) Refere-se a fundo de investimento em direitos creditórios cuja participação da controladora é eliminada na consolidação.
- (b) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa junto ao Banco Itaú S.A e ao Banco do Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com liquidez imediata e objetivo de retornar à rentabilidade média de 100% do CDI à Companhia.

A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota 32.

8. Contas a receber

Política contábil

Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de vendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, contas a receber por serviços prestados, recebíveis de bonificações com fornecedores e pela provisão para perda esperada de créditos, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, os índices de perdas históricos por faixa de vencimento da carteira, conforme mencionado na nota explicativa 32.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cartões de crédito (a)	2.776.422	3.430.696	4.499.274	5.383.828
Cartões de débito (a)	11.739	11.375	11.788	12.041
Crédito direto ao consumidor (b)	1.321.089	1.197.994	1.321.089	1.197.994
Serviços a clientes (c)	377.909	230.431	403.952	257.661
Demais contas a receber (d)	4.566	15.381	159.684	134.417
Total contas a receber	4.491.725	4.885.877	6.395.787	6.985.941
Provenientes de acordos comerciais (e)	235.290	315.578	302.974	392.777
Provisão para perda esperada de créditos	(366.096)	(266.709)	(371.939)	(270.761)
Ajuste a valor presente	(368.681)	(330.531)	(368.681)	(330.531)
Total	3.992.238	4.604.215	5.958.141	6.777.426
Ativo circulante	3.919.547	4.587.059	5.885.450	6.760.270
Ativo não circulante	72.691	17.156	72.691	17.156

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 45 dias na controladora e 53 no consolidado em 31 de dezembro de 2023 (45 dias na Controladora e 51 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022).

- Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das adquirentes em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda dos produtos. No Consolidado está somado o recebível de adquirentes transacionado na Fintech Magalu e que será repassado aos parceiros ("sellers") conforme descrito na nota 20. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía créditos cedidos à certas adquirentes e instituições financeiras que montavam R\$ 2.678.944 (R\$ 2.693.143 em 31 de dezembro de 2022) na Controladora e R\$ 5.337.901 (R\$ 4.944.607 em 31 de dezembro de 2022) no Consolidado, sobre os quais é aplicado um desconto que varia entre 103,9% e 108,1% do CDI. A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para as adquirentes e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, líquida as contas a receber relativas a esses créditos.
- Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela Companhia e por outras instituições financeiras.
- Refere-se principalmente a vendas intermediadas pela Controladora para a Luizaseg e Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. A Controladora destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação. Adicionalmente, nessa rubrica estão alocados os recebíveis por serviços de marketplace e outros serviços.
- Refere-se principalmente a recebíveis de serviços de transporte das controladas Magalog e GFL Logística para terceiros, bem como serviços prestados e cargas nas contas de pagamentos da Fintech Magalu.
- Refere-se a valores de bonificações a serem recebidos de fornecedores, devido ao atendimento do volume de compras ou campanhas promocionais, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada). Considerando a previsibilidade em acordos de parceria entre a Companhia e os fornecedores e a intenção da Companhia em realizar de forma líquida

com o saldo a pagar a seus fornecedores, o saldo a receber apresentado está líquido do valor a ser compensado por encontro de contas com saldos a pagar dos respectivos fornecedores, no valor de R\$ 574.333 na Controladora e R\$ 602.197 no Consolidado. .

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(266.709)	(151.426)	(270.761)	(169.588)
(+) Adições	(519.702)	(344.453)	(522.579)	(342.551)
(-) Baixas	420.315	229.170	421.401	241.378
Saldo no final	(366.096)	(266.709)	(371.939)	(270.761)

A análise de risco de crédito está apresentada na nota 32.

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

	Contas a receber de clientes				Provenientes de acordos comerciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valores a vencer:								
Até 30 dias	260.305	255.845	518.713	452.821	68.101	57.191	104.260	82.998
Entre 31 e 60 dias	649.945	279.652	711.865	348.570	85.859	54.408	105.250	88.838
Entre 61 e 90 dias	654.591	716.831	705.456	824.887	75.016	66.514	76.026	69.989
Entre 91 e 180 dias	1.428.606	2.134.903	2.053.521	3.246.201	623	108.735	623	108.944
Entre 181 e 360 dias	1.172.876	1.244.850	2.064.631	1.858.988	22	7.503	22	7.586
Acima de 361 dias	99.618	53.802	99.618	53.885	-	-	-	-
	4.265.941	4.685.883	6.153.804	6.785.352	229.621	294.351	286.181	358.355
Valores vencidos:								
Até 30 dias	56.855	45.820	73.054	46.415	1.803	8.717	8.574	9.724
Entre 31 e 60 dias	38.272	36.293	38.272	36.293	1.738	1.085	2.272	5.767
Entre 61 e 90 dias	34.915	30.924	34.915	30.924	363	107	1.774	3.608
Entre 91 e 180 dias	95.742	86.957	95.742	86.957	1.765	11.318	4.173	15.323
	225.784	199.994	241.983	200.589	5.669	21.227	16.793	34.422
	4.491.725	4.885.877	6.395.787	6.985.941	235.290	315.578	302.974	392.777

9. Estoques

Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda e provisão para obsolescência que considera mercadorias com giro lento e aquelas encaminhadas à assistência técnica, além da provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias para revenda	6.511.511	6.755.508	7.641.437	7.943.173
Material para consumo	23.088	15.929	35.423	31.380
Provisões para perdas nos estoques	(151.296)	(162.468)	(179.561)	(184.484)
	6.383.303	6.608.969	7.497.299	7.790.069

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui estoques de mercadorias para vendas dadas em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$ 21.650 (R\$ 21.834 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(162.468)	(142.526)	(184.484)	(163.556)
Constituição da provisão	(47.928)	(159.015)	(62.269)	(170.107)
Estoques baixados ou vendidos	59.100	139.073	67.192	149.179
Saldo no final	(151.296)	(162.468)	(179.561)	(184.484)

10. Partes relacionadas

Empresa	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Luizacred (i)								
Comissões por serviços prestados	1.915	4.255	1.915	4.255	248.344	242.942	248.344	242.942
Cartão de crédito	1.125.171	2.500.360	1.222.793	2.500.360	(373.799)	(333.569)	(373.799)	(333.569)
Repasse de recebimentos	(84.061)	(69.879)	(84.061)	(69.879)	-	-	-	-
Reembolso de despesa compartilhadas	45.523	7.191	45.523	7.191	136.610	135.610	136.610	135.610
	1.088.548	2.441.927	1.186.170	2.441.927	11.155	44.983	11.155	44.983
Luizaseg (ii)								
Comissões por serviços prestados	-	57.531	-	57.531	373.373	497.580	373.373	497.580
Dividendos a receber	-	8.831	-	8.831	-	-	-	-
Repasse de recebimentos	-	(80.301)	-	(80.301)	-	-	-	-
	-	(13.939)	-	(13.939)	373.373	497.580	373.373	497.580
Total de Controladas em conjunto	1.088.548	2.427.988	1.186.170	2.427.988	384.528	542.563	384.528	542.563
Netshoes (iii)								
Reembolso de despesas	(71.101)	22.352	-	-	-	-	-	-
Comissões por serviços prestados	11	-	-	-	22.013	19.935	-	-
	(71.090)	22.352	-	-	22.013	19.935	-	-
Época Cosméticos (iv)								
Comissões por serviços prestados	690	1.614	-	-	4.913	7.943	-	-
Kabum (v)								
Comissões por serviços prestados	8.210	3.924	-	-	19.196	11.363	-	-
Redução de capital	-	21.488	-	-	-	-	-	-
	8.210	25.412	-	-	19.196	11.363	-	-
Consórcio Magalu (vi)								
Comissões por serviços prestados	1.210	1.378	-	-	16.383	15.434	-	-
Dividendos a receber	6.454	4.633	-	-	-	-	-	-
Grupo de Consórcios	44	(804)	44	(804)	-	-	-	-
	7.708	5.207	44	(804)	16.383	15.434	-	-
Magalog (vii)								
Repasse de recebimentos	(106.178)	(61.358)	-	-	-	-	-	-
Despesas com fretes	-	-	-	-	(1.847.222)	(1.570.114)	-	-
	(106.178)	(61.358)	-	-	(1.847.222)	(1.570.114)	-	-
Fintech Magalu (viii)								
Repasse de recebimentos	450.686	644.887	-	-	(290.668)	(162.728)	-	-
Jovem Nerd (ix)								
Repasse de recebimentos	-	(940)	-	-	-	(940)	-	-
Luizalabs (x)								
Desenvolvimento de sistemas	(14.774)	(13.094)	-	-	(14.774)	-	-	-
Total de Controladas	275.252	624.080	44	(804)	(2.090.159)	(1.679.107)	-	-
MTG Participações (xi)								
Aluguéis e outros repasses	(2.744)	(2.713)	(2.744)	(2.783)	(79.018)	(45.661)	(79.018)	(45.661)
PJD Agropastoril (xii)								
Aluguéis, fretes e outros repasses	(56)	(104)	(56)	(104)	(968)	(1.152)	(968)	(1.152)
LH Participações (xiii)								
Aluguéis	(216)	(201)	(216)	(201)	(2.590)	(2.414)	(2.590)	(2.414)
ASENOVE Administração (xiv)								
Aluguéis	(15)	-	(15)	-	(132)	(151)	(132)	(151)
ETCO – SCP (xv)								
Comissão de agenciamento - "Fee"	-	-	-	-	(7.406)	(9.441)	(7.406)	(9.441)
Despesa com veiculação de mídia	(10.426)	(35)	(10.426)	(35)	(231.445)	(295.038)	(231.445)	(295.038)
	(10.426)	(35)	(10.426)	(35)	(238.851)	(304.479)	(238.851)	(304.479)
Total de outras partes relacionadas	(13.457)	(3.053)	(13.457)	(3.123)	(321.559)	(353.857)	(321.559)	(353.857)
Total de partes relacionadas	1.350.343	3.049.015	1.172.757	2.424.061	(2.027.190)	(1.490.401)	62.969	188.706

Demais partes relacionadas - Títulos e valores mobiliários	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Operações com fundos de investimento exclusivos – classificados como Títulos e valores mobiliários (xvi)	524.239	245.273	771.015	245.273	30.431	36.094	30.431	36.094

Reconciliação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de partes relacionadas	1.675.950	3.305.722	1.273.718	2.576.572
Contas a pagar a partes relacionadas	(325.607)	(256.707)	(100.961)	(152.511)
	1.350.343	3.049.015	1.172.757	2.424.061

- I. As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:
 - (a) Recebíveis em cartões de crédito *private label* e despesas financeiras com antecipação de tais recebíveis;
 - (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Controladora;
 - (c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred;
- II. Em 31 de outubro de 2023, foi concluída a operação de alienação da totalidade da participação acionária do Magazine Luiza na Luizaseg Seguros S.A., após cumpridas as condições precedentes do contrato de compra e venda celebrado com a NCVF Participações Societárias S.A., sociedade controlada pela Cardif. Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias estendidas. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas.
- III. Os valores da Netshoes, controlada integral, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de *Marketplace* da Controladora e reembolso de despesas compartilhadas.
- IV. As transações com a Época Cosméticos, controlada integral, referem-se às comissões com vendas via plataforma de *Marketplace* da Controladora.
- V. As transações com a KaBuM, controlada integral, referem-se às comissões com vendas via plataforma de *Marketplace* da Controladora. Em 2022, a Companhia aprovou uma redução de capital na controlada KaBuM no valor de R\$ 50 milhões (vide nota 13), integralmente liquidado no período de 2023.
- VI. Os valores a receber (ativo circulante) do Consórcio Luiza (LACs), controlada integral, referem-se a dividendos propostos, às comissões pelas vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à "LAC" referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda.
- VII. As transações com a Magalog, controlada integral, referem-se a despesas com frete e repasse de recebíveis.
- VIII. As transações com a Fintech Magalu, controlada integral, referem-se às comissões a receber pelas vendas transacionadas em sua plataforma pelos *sellers* de *Marketplace*, bem como taxas pagas pelo uso da operação de subadquirência oferecida.
- IX. As transações com a Jovem Nerd, controlada integral, referem-se à veiculação de propaganda.
- X. Refere-se à prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas prestados pela controlada Luizalabs Computação e Sistemas de Informação Ltda.
- XI. As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e reembolso de despesas.
- XII. As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias.
- XIII. As transações com a LH Agropastoril, Administração Participações Ltda., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais e escritório central.
- XIV. As transações com a ASENOVE Administração e Participações Ltda., controlada por um acionista controlador da Companhia, referem-se a despesa com aluguel de prédio comercial.
- XV. As transações com a ETCO Sociedade em Conta de Participação, que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- XVI. Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e BB MGL Fundo de Investimento RF Longo Prazo, vide Nota 7 - Títulos e valores mobiliários).

Remuneração da Administração na Controladora e Consolidado

	31/12/2023		31/12/2022	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	4.588	8.826	4.056	7.992
Plano de ações	193	1.808	13.095	23.548

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia, sendo que determinados colaboradores elegíveis são beneficiários de plano de incentivos atrelados a ações, mencionado na nota 25. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores são provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. A remuneração global dos administradores foi aprovada por Assembleia Geral Ordinária dia 26 de abril 2023, em que foi previsto o limite de R\$ 51.790 para o exercício de 2023.

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS a recuperar (a)	2.460.626	2.689.730	2.506.638	2.748.199
PIS e COFINS a recuperar (b)	1.420.482	720.188	1.618.975	929.340
Outros	3.613	3.614	19.143	10.514
	3.884.721	3.413.532	4.144.756	3.688.053
Ativo circulante	1.475.359	1.376.204	1.680.511	1.564.188
Ativo não circulante	2.409.362	2.037.328	2.464.245	2.123.865

- (a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos Estados de origem do crédito.
- (b) Em julgamento realizado em 2023, o STJ fixou entendimento no sentido da não incidência de PIS/COFINS sobre os descontos, bonificações e abatimentos recebidos por empresas varejistas de seus fornecedores. Assim, com base nos precedentes judiciais e na opinião de seus assessores legais, a Companhia concluiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as apurações e retificações das obrigações acessórias do PIS/COFINS referente aos períodos anteriores a 2022, de forma a excluir as bonificações recebidas da base de tributação. Como resultado, a Companhia registrou os efeitos da redução de débitos de PIS/COFINS e o consequente retorno dos créditos utilizados a maior no passado à rubrica de tributos a recuperar, como um crédito extemporâneo. O montante registrado como resultado das retificações foi de R\$ 688.698, sendo R\$ 533.134 de principal, registrado na rubrica de outras receitas operacionais e R\$ 155.564 de atualização monetária, registrado na rubrica de receita financeira.

12. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Subvenções governamentais para investimento são reconhecidas como redutoras de impostos sobre as vendas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL a recuperar	17	218.403	73.301	243.581
IRRF a compensar	79.357	40.435	103.723	70.876
	79.374	258.838	177.024	314.457

b) Reconciliação do efeito tributário sobre o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.866.871)	(1.285.924)	(2.064.367)	(1.269.398)
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	634.736	437.214	701.885	431.595
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	94.774	97.534	(6.463)	(12.151)
IR/CS diferidos reconhecidos - Netshoes e efeito não tributável Kabum (1)	-	-	167.286	81.442
Efeito de subvenção governamental (2)	154.832	177.853	162.645	193.020
Juros de indêbitos tributários (3)	57.781	76.452	62.678	80.529
Outras exclusões permanentes, líquidas	(7.417)	(2.104)	(2.766)	(4.012)
Débito de imposto de renda e contribuição social	934.706	786.949	1.085.265	770.423
Corrente	-	35.254	(68.929)	(34.724)
Diferido	887.767	751.695	1.154.192	805.147
Total	887.767	786.949	1.085.263	770.423
Taxa efetiva	47,55%	61,20%	52,57%	60,70%

- (1) A controlada Netshoes, considerando os estudos sobre expectativa de rentabilidade futura, reconheceu o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no valor de R\$ 167.286, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- (2) A Companhia, no exercício regular de suas atividades, usufrui de uma série de benefícios fiscais concedidos pelos Estados da Federação. Considerando o conceito atribuído pela Lei Complementar 160/2017, estes benefícios se caracterizam como subvenção para investimentos e, de acordo com o CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, são registrados na demonstração do resultado do exercício.
- (3) Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui mandado de segurança, com data anterior a do julgamento do STF, no qual tem como objeto justamente o reconhecimento da ilegitimidade da incidência de IRPJ e CSLL e da PIS/COFINS sobre a Selic em créditos fiscais. Em razão da decisão do STF, a Companhia realizou a exclusão permanente de tais valores de sua base de cálculo, avaliando que é provável que o tema seja aceito pelas autoridades, nos termos da ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento sobre o Lucro (equivalente à IFRIC 23).

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

c) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 2022	Resultado	Saldo em 2023	Saldo em 2022	Resultado	Saldo em 2023
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:						
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.033.410	763.005	1.796.415	1.096.109	960.463	2.056.572
Provisão para perda esperada de créditos	90.681	33.922	124.603	90.681	37.892	128.573
Provisão para perda nos estoques	55.239	(3.798)	51.441	55.542	(3.624)	51.918
Provisão para ajustes a valor presente	83.998	11.039	95.037	83.998	11.039	95.037
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	277.044	61.767	338.811	392.931	101.626	494.557
Provisão para plano de ações	127.528	7.109	134.637	127.528	7.109	134.637
Diferença temporária sobre arrendamentos	102.967	23.029	125.996	102.967	23.029	125.996
Diferença temporária sobre valor justo em aquisições	(41.679)	-	(41.679)	(258.028)	27.988	(230.040)
Depósitos judiciais	617	-	617	617	-	617
Créditos tributários diferidos ¹	(102.149)	-	(102.149)	(131.605)	-	(131.605)
Outras provisões	(1.728)	(8.306)	(10.034)	16.798	(11.330)	5.468
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.625.928	887.767	2.513.695	1.577.538	1.154.192	2.731.730

(1) Refere-se à exclusões temporárias da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido relacionadas ao reconhecimento de créditos tributários, cujo benefício fiscal é observado em momento distinto ao reconhecimento contábil.

	Controladora			Consolidado			
	Saldo em 2021	Resultado	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Resultado	Combinação de negócios (1)	Saldo em 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:							
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	503.823	529.587	1.033.410	783.256	548.874	-	1.096.109
Provisão para perda esperada de créditos	51.485	39.196	90.681	51.485	39.196	-	90.681
Provisão para perda nos estoques	48.459	6.780	55.239	48.762	6.780	-	55.542
Provisão para ajustes a valor presente	80.605	3.393	83.998	80.605	3.393	-	83.998
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	220.466	56.578	277.044	336.353	56.578	-	392.931
Provisão para plano de ações	109.602	17.926	127.528	109.602	17.926	-	127.528
Diferença temporária sobre arrendamentos	70.026	32.941	102.967	70.026	32.941	-	102.967
Diferença temporária sobre valor justo em aquisições	(41.679)	-	(41.679)	(294.344)	65.138	(28.822)	(258.028)
Depósitos judiciais	628	(11)	617	628	(11)	-	617
Créditos tributários diferidos	(169.164)	67.015	(102.149)	(169.164)	37.559	-	(131.605)
Outras provisões	(19)	(1.709)	(1.728)	20.024	(3.226)	-	16.798
Imposto de renda e contribuição social diferidos	874.232	751.696	1.625.928	1.037.233	805.148	(28.822)	1.577.538

(1) Em função da conclusão do trabalho de alocação do preço de aquisição da controlada KaBuM, dentro do período de mensuração permitido pela norma contábil, a Companhia complementou o valor de IR/CS diferidos sobre o valor justo dos intangíveis identificados.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos por empresa

	Saldo em 2022	Diferido Ativo	Diferido Passivo	Saldo em 2023
Controladora	1.625.928	2.513.695	-	2.513.695
Netshoes	2.474	194.230	-	194.230
KaBuM	(98.953)	-	(86.277)	(86.277)
Consórcio Luiza	1.399	-	(1.625)	(1.625)
Época Cosméticos	8.283	40.150	-	40.150
Magalog	42.402	80.859	-	80.859
Softbox	5.874	7.918	-	7.918
Fintech Magalu	(9.869)	-	(17.220)	(17.220)
Consolidado	1.577.538	2.836.852	(105.122)	2.731.730

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração.

d) IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. A IAS 12 /CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro: i) como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas; ii) ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

Com exceção dos assuntos mencionados no item b) (2) e (3) acima, a Companhia não identificou efeitos significativos da interpretação.

13. Investimentos em controladas

Política Contábil

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

a. Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas diretas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Posição em 31/12/2023

Informações Financeiras	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Fintech Magalu	Consórcio Luiza	Magalog	Luizalabs
Quotas/ ações	1.514.532.428	1.976.774	34.405.475	2.000.000	6.500	16.726	23.273.616
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo Circulante	757.326	1.792.889	237.502	2.586.682	176.963	310.045	74.216
Ativo Não Circulante	577.362	149.343	263.429	502.194	40.678	375.375	272.247
Passivo Circulante	538.958	796.678	164.570	2.433.064	93.290	407.497	83.373
Passivo Não Circulante	314.205	607.954	92.086	198.286	28.843	47.105	9.382
Capital Social	634.910	250.882	145.955	490.489	50.050	334.134	163.303
Patrimônio Líquido	648.811	537.600	244.275	457.526	95.508	230.818	253.708
Receita Líquida	1.836.116	3.226.979	580.429	937.131	130.062	2.067.693	24.170
Lucro Líquido (Prejuízo)	177.725	87.749	(22.476)	105.805	26.419	(116.432)	(7.176)

Movimentação	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Fintech Magalu	Consórcio Luiza	Magalog	Luizalabs	Total
Saldo inicial	1.168.083	1.922.997	270.263	430.028	75.363	275.124	237.873	4.379.731
AFAC	4.238	-	37.950	22.010	-	79.627	37.451	181.276
Outros resultados abrangentes	(356)	-	-	-	-	-	-	(356)
Plano de ação	(186)	(1.864)	92	(317)	-	(138)	18.103	15.690
Dividendos	-	-	-	(100.000)	(6.275)	-	-	(106.275)
Equivalência patrimonial	115.882	59.113	(22.476)	105.805	26.420	(117.087)	(7.954)	159.703
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.287.661	1.980.246	285.829	457.526	95.508	237.526	285.473	4.629.769

Posição em 31/12/2022

Informações Financeiras	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Magalu Pagamentos	Consórcio Luiza	Magalog	Luizalabs
Quotas/ ações	1.514.532.428	1.976.774	34.405.475	2.000.000	6.500	16.726	23.273.616
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo Circulante	824.577	1.568.602	263.682	2.369.705	92.694	304.537	87.600
Ativo Não Circulante	581.208	123.749	162.785	534.781	10.798	329.042	228.291
Passivo Circulante	706.539	735.826	197.744	2.277.381	23.770	311.320	99.734
Passivo Não Circulante	231.852	504.811	13	197.077	4.359	54.500	10.828
Capital Social	630.683	250.882	108.005	2.000	50.050	254.507	125.851
Patrimônio Líquido	467.394	451.714	228.710	430.028	75.363	267.759	205.329
Receita Líquida	2.449.574	3.248.679	864.724	829.461	146.409	1.756.663	23.649
Lucro Líquido (Prejuízo)	56.498	178.958	75.996	66.790	19.495	(33.202)	(15.193)

Movimentação	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Magalu Pagamentos	Consórcio Luiza	Magalog	Luizalabs	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.098.743	1.738.137	175.727	563.283	60.817	238.986	221.912	4.097.605
AFAC (Redução de capital) ¹	12.763	(50.000)	18.600	-	-	71.877	20.554	73.794
Outros resultados abrangentes	(661)	-	-	-	(316)	-	-	(977)
Plano de ação	3.484	9.411	(60)	(45)	-	809	14.202	27.801
Reclassificação de contraprestação por aquisição	-	-	-	-	-	(3.000)	(1.500)	(4.500)
Dividendos pagos	-	-	-	(200.000)	(4.633)	-	-	(204.633)
Remensuração do ágio	-	68.037	-	-	-	-	-	68.037
Equivalência patrimonial	53.754	157.412	75.996	66.790	19.495	(33.548)	(17.295)	322.604
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.168.083	1.922.997	270.263	430.028	75.363	275.124	237.873	4.379.731

- (1) A Companhia aprovou, em 16 de setembro de 2022, uma redução de capital social da controlada KaBuM, por ser considerado excessivo em relação às atividades desenvolvidas, no valor de R\$ 50.000, sem o cancelamento de ações emitidas.

b. Conciliação do valor contábil

Controladas	Patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição	Mais valia ¹	Saldo em 31/12/2023
Netshoes	648.811	486.718	152.132	1.287.661
Kabum	537.600	710.911	731.735	1.980.246
Época Cosméticos	244.275	36.826	4.728	285.829
Fintech Magalu	457.526	-	-	457.526
Consórcio Luiza	95.508	-	-	95.508
Magalog	230.818	3.756	2.952	237.526
Luizalabs	253.708	25.421	6.344	285.473
	2.468.246	1.263.632	897.891	4.629.769

¹ Refere-se à diferença de valor justo de ativos e passivos alocados no preço de aquisição.

Controladas	Patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição	Mais valia ¹	Saldo em 31/12/2022
Netshoes	467.394	486.718	213.971	1.168.083
Kabum	451.714	710.911	760.372	1.922.997
Época Cosméticos	228.710	36.826	4.727	270.263
Fintech Magalu	430.028	-	-	430.028
Consórcio Luiza	75.363	-	-	75.363
Magalog	267.759	3.756	3.609	275.124
Luizalabs	205.329	25.421	7.123	237.873
	2.126.297	1.263.632	989.802	4.379.731

¹ Refere-se à diferença de valor justo de ativos e passivos alocados no preço de aquisição.

14. Investimentos em controladas em conjunto

Política Contábil

O investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. A partir da data de aquisição, o valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture*.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes na Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a *joint venture* são eliminados em proporção à participação na *joint venture*.

As demonstrações financeiras da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. A Companhia não identificou evidências objetivas para reconhecer redução ao valor recuperável em 2023 e 2022.

Venda de participação societária - Luizaseg

No dia 10 de maio de 2023, como parte da repactuação do contrato de aliança estratégica entre o Grupo BNP Paribas Cardif, Magazine Luiza e Luizaseg, foi assinado o contrato de compra e venda futura para alienação da totalidade da participação detida pelo Magazine Luiza na Luizaseg para a NCVP, pelo montante de R\$ 160 milhões. Em 31 de outubro de 2023, houve a conclusão da venda da participação acima citada, a qual estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A Companhia apurou ganho de R\$ 201.920 na operação (nota 29).

Posição em 31/12/2023

Participação	Luizacred
Quotas/ ações	31.056.244
% participação	50%
Ativo Circulante	17.659.293
Ativo Não Circulante	1.755.990
Passivo Circulante	18.665.838
Passivo Não Circulante	93.358
Capital Social	596.000
Patrimônio Líquido	656.087
Receita Líquida	4.463.614
Prejuízo do exercício	(97.807)

Movimentação	Luizacred	Luizaseg	Total
Saldo Inicial	370.550	(31.717)	338.833
Venda de controlada em conjunto	-	48.961	48.961
Outros resultados abrangentes	(50)	4.539	4.489
Dividendos	-	(50.757)	(50.757)
Lucros não realizados	920	(7.953)	(7.033)
Equivalência patrimonial	(48.904)	36.927	(11.977)
Saldo final	322.516	-	322.516

Posição em 31/12/2022

Participação	Luizacred	Luizaseg
Quotas/ ações	31.056.244	12.855
% participação	50%	50%
Ativo Circulante	17.695.963	376.397
Ativo Não Circulante	1.982.452	448.698
Passivo Circulante	18.853.006	385.231
Passivo Não Circulante	71.413	201.962
Capital Social	596.000	133.883
Patrimônio Líquido	753.996	237.902
Receita Líquida	4.208.911	732.367
Lucro Líquido (Prejuízo)	(99.179)	70.651

Movimentação	Luizacred	Luizaseg	Total
Saldo inicial	426.422	(18.642)	407.780
Outros resultados abrangentes	166	1.983	2.149
Dividendos declarados	-	(35.358)	(35.358)
Lucros não realizados / Diferença de prática	(6.448)	(15.026)	(21.474)
Equivalência patrimonial	(49.590)	35.326	(14.264)
Saldo final	370.550	(31.717)	338.833

Total de investimentos em controladas em conjunto

	31/12/2023	31/12/2022
Luizacred (a)	328.044	376.998
Luizacred – Diferença de prática (b)	(5.528)	(6.448)
Luizaseg	-	118.951
Luizaseg - Lucros não realizados	-	(150.668)
	322.516	338.833

- (a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Controladora.
- (b) Ajuste de diferença de prática contábil relacionada ao reconhecimento contábil da receita decorrente do acordo de associação realizado entre as partes e descrito na nota explicativa 31, item b.

15. Arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Desde o ano de 2019 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2) IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

Política Contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem. Foi reconhecido como despesas de aluguel variável ou com prazo indeterminado o valor de R\$ 68.383 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 51.397 em 31 de dezembro de 2022).

As movimentações do direito de uso, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em inicial	3.473.159	3.324.747	3.511.497	3.362.998
Adição/remensuração	461.151	872.460	511.953	894.016
Custos diretos	9.035	5.038	9.035	5.038
Baixas	(85.798)	(142.166)	(85.798)	(142.166)
Depreciação	(574.674)	(586.920)	(603.633)	(608.389)
Saldo final	3.282.873	3.473.159	3.343.054	3.511.497
Composição				
Valor do custo	5.591.228	5.206.913	5.698.792	5.287.691
Depreciação acumulada	(2.308.355)	(1.733.754)	(2.355.738)	(1.776.194)
	3.282.873	3.473.159	3.343.054	3.511.497

As movimentações do passivo de arrendamento, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	3.651.663	3.412.288	3.693.516	3.454.678
Adição/remensuração	461.151	881.079	511.953	901.905
Pagamento de principal	(483.901)	(470.226)	(512.750)	(487.186)
Pagamento de juros	(325.944)	(314.441)	(328.595)	(321.543)
Juros provisionados	304.696	293.140	307.347	297.817
Baixa	(93.316)	(150.177)	(93.316)	(152.155)
Saldo final	3.514.349	3.651.663	3.578.155	3.693.516
Passivo circulante	493.861	604.140	508.359	619.788
Passivo não circulante	3.020.488	3.047.523	3.069.796	3.073.728

Informações adicionais

Como descrito acima, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de possíveis garantias a serem oferecidas. Considerando que os contratos de arrendamento da Companhia são substancialmente contratos com fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e, considerando também as sugestões de divulgação descritas no Ofício Circular SNC/SEP 02/19 da CVM, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do período:

Fluxos contratuais em 31 de dezembro de 2023:

Maturidade Vencimento	Taxa média Desconto	Fluxo Contratual Pagamentos – Consolidado						
		2024	2025	2026	2027	2028	2029	Acima de 2029
2024-2026	8,15%	193.922	123.294	54.474	9.845	-	-	-
2027-2029	8,43%	163.558	164.641	164.810	129.702	52.357	16.869	-
2030-2032	8,68%	108.889	108.822	108.540	109.058	109.101	109.101	173.217
2033-2035	8,02%	94.497	94.359	94.421	94.466	94.233	94.460	418.793
2036-2038	7,80%	75.444	75.569	75.521	75.486	75.086	75.513	535.573
2039-2041	8,36%	78.003	78.723	78.723	78.723	78.795	78.272	793.953
Após2041	11,31%	3.293	3.293	3.303	3.305	3.305	3.305	42.004
Total		717.606	648.701	579.792	500.585	412.877	377.520	1.963.540
Inflação projetada¹		9,58%	9,58%	9,58%	9,38%	9,38%	9,76%	10,07%

¹Taxa obtida através de cotações de cupons DI x IPCA futuros observadas na B3 (www.b3.com.br)

16. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, a exceção de terrenos e obras em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 4.

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram as seguintes:

Controladora

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	330.623	15.423	(49.930)	-	(7.358)	288.758
Máquinas e equipamentos	303.571	5.649	(17.226)	(748)	200	291.446
Veículos	5.606	1.534	(2.705)	-	29	4.464
Computadores e periféricos	179.293	32.389	(65.692)	(707)	7.459	152.742
Benfeitorias	913.130	136	(83.955)	-	64.984	894.295
Obras em andamento	23.789	48.364	-	(89)	(64.992)	7.072
Outros	13.280	2.205	(2.791)	(153)	(322)	12.219
	1.769.292	105.700	(222.299)	(1.697)	-	1.650.996

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Móveis e utensílios	345.054	33.515	(49.708)	(35)	1.797	330.623
Máquinas e equipamentos	315.404	9.954	(19.673)	(276)	(1.838)	303.571
Veículos	9.521	2	(3.917)	-	-	5.606
Computadores e periféricos	201.590	39.948	(65.657)	(757)	4.169	179.293
Benfeitorias	704.428	3.115	(76.625)	-	282.212	913.130
Obras em andamento	185.125	120.962	-	-	(282.298)	23.789
Outros	16.666	4.304	(3.648)	-	(4.042)	13.280
	1.777.788	211.800	(219.228)	(1.068)	-	1.769.292

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	558.290	(269.532)	288.758	561.170	(230.547)	330.623
Máquinas e equipamentos	394.899	(103.453)	291.446	390.247	(86.676)	303.571
Veículos	20.865	(16.401)	4.464	26.140	(20.534)	5.606
Computadores e periféricos	461.805	(309.063)	152.742	437.175	(257.882)	179.293
Benfeitorias	1.285.109	(390.814)	894.295	1.230.182	(317.052)	913.130
Obras em andamento	7.072	-	7.072	23.789	-	23.789
Outros	39.283	(27.064)	12.219	38.391	(25.111)	13.280
	2.767.323	(1.116.327)	1.650.996	2.707.094	(937.802)	1.769.292

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	375.746	12.121	(53.200)	(89)	(5.737)	328.841
Máquinas e equipamentos	330.227	6.918	(20.719)	(932)	474	315.968
Veículos	6.023	11.598	(3.392)	(6)	29	14.252
Computadores e periféricos	196.027	73.508	(77.169)	(990)	7.459	198.835
Benfeitorias	947.136	204	(90.679)	(8)	67.179	923.832
Obras em andamento	45.361	54.591	-	(55)	(70.328)	29.569
Outros	54.959	1.372	(4.707)	(22.323)	924	30.225
	1.955.479	160.312	(249.866)	(24.403)	-	1.841.522

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Móveis e utensílios	374.353	60.535	(57.385)	(35)	(1.722)	375.746
Máquinas e equipamentos	344.020	10.550	(24.114)	(276)	47	330.227
Veículos	9.759	21	(4.073)	-	316	6.023
Computadores e periféricos	229.092	43.654	(70.265)	(95)	(6.359)	196.027
Benfeitorias	726.438	4.444	(84.695)	-	300.949	947.136
Obras em andamento	201.842	138.021	-	-	(294.502)	45.361
Outros	53.209	6.112	(5.633)	-	1.271	54.959
	1.938.713	263.337	(246.165)	(406)	-	1.955.479

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	619.950	(291.109)	328.841	620.596	(244.850)	375.746
Máquinas e equipamentos	448.966	(132.998)	315.968	448.744	(118.517)	330.227
Veículos	31.858	(17.606)	14.252	27.203	(21.180)	6.023
Computadores e periféricos	551.890	(353.055)	198.835	487.099	(291.072)	196.027
Benfeitorias	1.381.906	(458.074)	923.832	1.321.295	(374.159)	947.136
Obras em andamento	29.569	-	29.569	45.361	-	45.361
Outros	68.382	(38.157)	30.225	89.961	(35.002)	54.959
	3.132.521	(1.290.999)	1.841.522	3.040.259	(1.084.780)	1.955.479

Taxas de depreciação

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%
Aeronaves	5%	5%
Veículos leves	20%	20%
Veículos pesados	14,3%	14,3%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias	10,1%	10,1%

A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

A Companhia atualizou suas projeções financeiras nos exercícios apresentados e não foram identificados elementos internos e externos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos específicos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

17. Intangível

Política contábil

Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, conforme descrito na nota 4.

Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de “Projetos em andamento”.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ágios apurados em aquisições de investimentos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de intangíveis está descrita na nota explicativa 4.

As movimentações do intangível, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram as seguintes:

Controladora

	Saldo em 31/12/2022					Saldo em 31/12/2023
	Adições	Amortização	Baixas	Transferência		
Ágio	-	-	-	-	-	313.856
Software	59.406	(204.884)	(125)	336.511		701.528
Projetos em andamento	304.480	-	-	(336.511)		40.124
Outros	118	-	-	-		118
	896.749	363.886	(204.884)	(125)	-	1.055.626

	Saldo em 31/12/2021					Saldo em 31/12/2022
	Adições	Amortização	Baixas	Transferência		
Ágio	-	-	-	-	-	313.856
Software	56.701	(134.717)	(11)	222.355		510.620
Projetos em andamento	246.056	-	(278)	(222.355)		72.155
Outros	118	-	-	-		118
	728.998	302.757	(134.717)	(289)	-	896.749

	2023			2022		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	325.451	(11.595)	313.856	325.451	(11.595)	313.856
Software	1.342.683	(641.155)	701.528	951.025	(440.405)	510.620
Projetos em andamento	40.124	-	40.124	72.155	-	72.155
Outros	118	-	118	118	-	118
	1.708.376	(652.750)	1.055.626	1.348.749	(452.000)	896.749

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Ágio	2.251.090	(76)	-	-	-	2.251.014
Fundo de comércio	2.199	-	(36)	-	-	2.163
Carteira de clientes	358.662	-	(52.224)	-	-	306.438
Software	901.491	104.010	(334.849)	(6.113)	387.820	1.052.359
Projetos em andamento	78.251	368.660	-	-	(387.820)	59.091
Marcas e patentes	817.393	26	(2.084)	(17)	-	815.318
Outros	18.424	-	-	-	-	18.424
	4.427.510	472.620	(389.193)	(6.130)	-	4.504.807

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Adições por aquisição de controlada	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Ágio	2.249.516	-	(18.534)	-	(2.857)	22.965	2.251.090
Fundo de comércio	2.235	-	-	(36)	-	-	2.199
Carteira de clientes	347.673	77	77.847	(61.844)	-	(5.091)	358.662
Software	775.147	118.628	11.315	(245.084)	(11)	241.496	901.491
Projetos em andamento	52.924	264.408	-	-	(278)	(238.803)	78.251
Marcas e patentes	840.265	49	21	(2.106)	-	(20.836)	817.393
Outros	38.827	-	(20.672)	-	-	269	18.424
	4.306.587	383.162	49.977	(309.070)	(3.146)	-	4.427.510

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	2.262.609	(11.595)	2.251.014	2.262.685	(11.595)	2.251.090
Fundo de comércio	2.235	(72)	2.163	2.235	(36)	2.199
Carteira de clientes	421.222	(114.784)	306.438	421.222	(62.560)	358.662
Software	2.093.787	(1.041.428)	1.052.359	1.717.287	(815.796)	901.491
Projetos em andamento	59.091	-	59.091	78.251	-	78.251
Marcas e patentes	821.629	(6.311)	815.318	821.617	(4.224)	817.393
Outros	18.424	-	18.424	18.424	-	18.424
	5.678.997	(1.174.190)	4.504.807	5.321.721	(894.211)	4.427.510

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de "Depreciação e amortização", no resultado do exercício.

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

O teste de não recuperação para o ágio na aquisição de empresas compreende a apuração dos valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) identificadas em cada negócio. Uma UGC relevante identificada é o agrupamento de todas as lojas de redes de varejo físico adquiridas, cujo ágio totaliza R\$ 313.856 e já foram incorporadas. Outras UGCs relevantes identificadas são:

- i) a vertical de moda e esportes, cujo ágio corresponde substancialmente à aquisição da Netshoes;
- ii) operação de e-commerce do KaBuM;
- iii) vertical de meio de pagamentos, representada pela Fintech Magalu.

O valor em uso das UGCs é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos. Para os testes dos valores recuperáveis das UGCs relevantes, foram adotadas as seguintes taxas:

	Varejo Físico	Netshoes	KaBuM	Fintech Magalu
	Taxa a.a.			
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos	12,6%	15,8%	15,8%	17,6%
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 primeiros anos	9,3%	12,0%	13,3%	23,3%
Perpetuidade	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para as UGCs baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

A Companhia realizou análise de sensibilidade considerando um acréscimo e redução nas taxas de crescimento e desconto de 1% que não resultaram na necessidade de constituição de provisão para perda nos valores recuperáveis.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias para revenda - mercado interno	5.961.917	4.661.647	6.864.636	5.740.238
Outros fornecedores	214.106	113.624	275.396	182.534
Ajuste a valor presente	(167.496)	(170.698)	(174.052)	(181.752)
	6.008.527	4.604.573	6.965.980	5.741.020

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de “Estoques”. A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

19. Fornecedores – convênio

Política contábil

A Companhia, em consonância com as melhores práticas de governança e transparência, visando atender às sugestões emitidas pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria – SNC e pela Superintendência de Relações com Empresas – SEP da CVM, no Ofício Circular 01/22 e anteriores, decidiu apresentar de forma segregada do saldo de Fornecedores (nota 18) os valores relacionados às operações de convênios, apesar de manter a essência de uma transação mercantil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - convênio	2.312.134	3.756.776	2.358.092	3.802.237

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de créditos em que a Companhia é a legítima devedora. Nesta operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco em troca do recebimento antecipado. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data acordada com seu fornecedor.

Ademais, a Companhia, por confirmar a existência dos créditos dos fornecedores aos bancos, assegura a este a certeza e liquidez de seus vencimentos e, em função disto, recebe um prêmio dos bancos, que é reconhecido como receita financeira na mesma competência do fechamento da operação. As operações em aberto em 31 de dezembro de 2023 foram contratadas com prazo médio de 63 dias (52 dias em 31 de dezembro de 2022).

20. Parceiros e outros depósitos

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Repasses a seller – marketplace (a)	1.547.508	1.244.615
Arranjos de pagamentos a liquidar (b)	217	107.116
Contas digitais clientes e sellers (c)	217.424	200.912
	1.765.149	1.552.643

- Referente a valores a repassar para seus parceiros do *marketplace*, relacionados a compras realizadas por clientes na plataforma digital do Magazine Luiza, de produtos vendidos por lojistas parceiros (*sellers*) e transacionados pela Fintech Magalu.
- Refere-se substancialmente a valores transacionados pelos clientes da Fintech Magalu nos cartões pré-pagos, em estabelecimentos comerciais credenciados, a serem liquidados junto aos adquirentes correspondentes.
- Correspondem a depósitos efetuados pelos clientes e *sellers* nas contas digitais e conta de pagamentos pré-pago da Fintech Magalu.

21. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargo	Garantia	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Notas promissórias (a)	100% do CDI + 1,25% a.a.	Clean	abril/24	2.041.610	1.783.941	2.041.610	1.783.941
Debêntures - oferta restrita (b)	100% do CDI + 1,25% a.a.	Clean	dez/26	4.886.798	4.892.944	5.310.568	5.317.809
Capital de giro (c)	CDI +1,8% a 4,9% a.a.	Aval	out/25	-	-	-	4.174
Outros	113,5% do CDI a.a.	Clean	out/25	329	293	2.677	2.833
				6.928.737	6.677.178	7.354.855	7.108.757
Passivo circulante				2.928.459	92.607	2.954.347	124.297
Passivo não circulante				4.000.278	6.584.571	4.400.508	6.984.460

- Em 30 de abril de 2021, a Companhia realizou a 5ª. emissão de notas promissórias, sendo 1.500 (mil e quinhentas) notas promissórias com o valor nominal de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) cada, com vencimento único em 29 de abril de 2024 ao custo de 100% de CDI + 1,25% a.a. Os valores captados foram utilizados para otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios da Companhia.
- Em 15 de janeiro de 2021 a Companhia realizou a captação de R\$ 800 milhões via distribuição pública, com esforços restritos da 9ª. Emissão de Debêntures, com remuneração de CDI + 1,25% a.a. e vencimento único em 15 de janeiro de 2024. Em 14 de outubro e 23 de dezembro de 2021, a Companhia em sua estratégia de alongamento de dívida, realizou a 10ª. e 11ª. emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 4.000.000 (quatro milhões) de quotas com o valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com vencimentos finais em 15 de outubro e 23 de dezembro de 2026, respectivamente ao custo de 100% de CDI + 1,25% a.a. O valor captado teve como principal objetivo reforçar o capital de giro da Companhia. Em 05 de julho de 2022, sua controlada KaBum, realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 400.000 (quatrocentos mil) de debentures com o valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com vencimentos finais em 13 de julho de 2025, a um custo de 100% CDI +1,25 % a.a., com a finalidade de alongamento de dívida. Este contrato tem como fiadora a Controladora Magazine Luiza.
- Referem-se a contratos firmados pela controlada KaBuM, com a finalidade de capital de giro. Tais contratos foram liquidados no exercício de 2023.

Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro	6.677.178	6.412.705	7.108.757	6.792.872
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	400.000
Pagamento de principal	-	(7.917)	(4.715)	(383.261)
Pagamento de juros	(685.495)	(591.701)	(742.716)	(616.462)
Juros provisionados	937.054	864.091	993.529	915.608
Saldo em 31 de dezembro	6.928.737	6.677.178	7.354.855	7.108.757

Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2024	2.928.459	2.954.347
2025	2.000.000	2.400.230
2026	2.000.278	2.000.278
	6.928.737	7.354.855

Covenants

As Debêntures emitidas pela controladora e sua controlada Kabum, bem como a 5ª emissão de Notas Promissórias possuem cláusulas restritivas ("covenants") equivalentes à manutenção da relação "Dívida líquida ajustada / EBITDA ajustado" não superior a 3,0 vezes. Por dívida líquida ajustada, deve-se entender o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluídas as debêntures, excluindo-se disponibilidade de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, recebíveis de cartão de crédito não antecipados. O EBITDA ajustado é calculado de acordo com a instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo de eventos operacionais (receita/despesas) de caráter extraordinário. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente às cláusulas restritivas, que são mensuradas trimestralmente.

22. Receita diferida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita diferida com terceiros:				
Contrato de exclusividade com Cardif (a)	888.096	52.407	888.096	52.407
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard S.A. (b)	69.000	67.605	69.000	67.605
Contrato de exclusividade em Arranjo de Pagamentos (c)	-	-	176.725	196.484
Outros contratos	48.195	61.047	59.474	74.572
	1.005.291	181.059	1.193.295	391.068
Receita diferida com partes relacionadas:				
Contrato de exclusividade com a Luizacred (b)	55.362	77.504	55.362	77.504
Contrato de exclusividade com a Luizaseg (a)	-	31.800	-	31.800
	55.362	109.304	55.362	109.304
Total de receitas diferidas	1.060.653	290.363	1.248.657	500.372
Passivo circulante	122.407	52.009	145.899	76.908
Passivo não circulante	938.246	238.354	1.102.758	423.464

(a) Em 10 de maio de 2023, foi estabelecido novo acordo de aliança estratégica com empresas do grupo Cardif e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vigentes até então, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2033. Esse acordo proporcionou o ingresso de R\$ 835.669 no caixa da Companhia, sendo o valor líquido do *front fee* negociado de R\$ 932.500 e os valores devolvidos pelo vencimento antecipado dos contratos anteriores, de R\$ 96.831. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas.

(b) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um "Acordo de Associação" junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") e ao Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$ 250.000, sendo: (i) R\$ 230.000 relacionados à

consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do período de 2014.

Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizacred, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Maia), pelo prazo de 19 anos. Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$ 20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R\$ 55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao acordo de associação com a Luizacred, em virtude da aquisição da New-Utd ("Lojas do Baú"). Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

(c) Em 21 de outubro de 2022, a Companhia, por meio de sua controlada indireta Hub Pagamentos S.A., celebrou com a Mastercard Brasil Soluções de Pagamento Ltda, um contrato para incentivar o arranjo de pagamentos entre as empresas, onde a Mastercard fica com a exclusividade pela emissão de cartões pelo prazo de 10 anos. Em contraprestação a esta exclusividade, a Mastercard pagou o montante de R\$ 200.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o prazo de vigência do contrato.

23. Outros passivos circulantes e não circulantes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vendas pendentes de entrega, líquidas de devoluções	460.585	527.981	587.541	601.759
Valores a repassar a parceiros (a)	220.482	128.080	282.068	162.877
Serviços especializados	-	72.024	10.552	89.617
Fretes a pagar	151.491	140.142	348.207	267.108
Marketing a pagar	142.921	90.882	202.177	187.877
Valores a pagar por aquisição (b)	316.953	1.053.327	383.221	1.118.413
Outros	105.926	97.237	167.955	182.629
	1.398.358	2.109.673	1.981.721	2.610.280
Passivo circulante	1.268.164	1.621.391	1.847.502	2.118.136
Passivo não circulante	130.194	488.282	134.219	492.144

- (a) Repasses de valores realizados por meio de vendas de serviços (seguros, assistência técnica, instalações de móveis, etc) de parceiros intermediados pela Companhia em suas lojas físicas.
- (b) Contraprestação a pagar por aquisições de empresas, incluindo o bônus de subscrição de até 50,0 milhões de ações ordinárias de emissão da Companhia (MGLU3) pela aquisição do KaBuM e até 6,1 milhões de ações, referente à aquisição de outras empresas, condicionados ao cumprimento de metas pactuadas nos contratos de aquisição.

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Para os processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores legais é de perda provável, a Companhia constituiu provisão, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023:	720.252	25.556	69.028	814.836
Adições	220.759	29.095	61.514	311.368
Reversão	(93.983)	(7.001)	-	(100.984)
Pagamentos	(34.511)	(25.311)	(47.422)	(107.244)
Atualizações	78.529	-	-	78.529
Saldos em 31 de dezembro de 2023:	891.046	22.339	83.120	996.505

Consolidado

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023:	1.083.023	35.808	74.934	1.193.765
Adições	544.612	31.709	63.126	639.447
Reversão	(166.909)	(16.635)	(2.355)	(185.899)
Pagamentos	(34.511)	(26.209)	(48.596)	(109.316)
Atualizações	81.169	-	-	81.169
Saldos em 31 de dezembro de 2023:	1.507.384	24.673	87.109	1.619.166

Em 31 de dezembro de 2023, a natureza das principais causas da Companhia, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) Riscos tributários

A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, avaliados como perda provável, portanto estão provisionados. Além desses processos, a Companhia possui provisão para outras discussões judiciais, para as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinações de negócio realizadas em anos anteriores. Os riscos tributários estão assim divididos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Federais	486.731	508.889	890.913	871.660
Estaduais ¹	404.289	211.337	616.445	211.337
Municipais	26	26	26	26
	891.046	720.252	1.507.384	1.083.023

¹ - O valor aqui informado contempla a provisão de R\$ 160.110 na Controladora e R\$ 369.281 no Consolidado referente ao ICMS - Diferencial de Alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sobre operações destinadas ao consumidor final, onde a Companhia entende que as chances de perda para determinados Estados são maiores do que as de ganho. Os demais processos sobre esse tema estão descritos no item e) (iii) abaixo.

b) Riscos cíveis

A provisão para riscos cíveis de R\$ 22.339 na Controladora e R\$ 24.673 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 25.556 Controladora e R\$ 35.808 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022), está relacionada a reclamações oriundas, principalmente, de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.

c) Riscos trabalhistas

Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos sobre horas extras incorridas.

O valor provisionado de R\$ 83.120 na Controladora e R\$ 87.109 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 69.028 Controladora e R\$ 74.934 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022), reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

d) Depósitos judiciais

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui em depósitos judiciais o montante de R\$ 1.260.289 na Controladora e R\$ 1.734.546 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.234.720 na Controladora e R\$ 1.650.223

no Consolidado em 31 de dezembro de 2022). Os principais depósitos estão relacionados às ações judiciais que contestam o recolhimento do ICMS Diferencial de Alíquota (Difal), no valor de R\$ 794.849 na Controladora e R\$ 973.054 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 745.989 na Controladora e R\$ 974.243 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022)

e) Passivos contingentes - possíveis de perda

A Companhia é parte em outros processos e discussões fiscais que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos e discussões. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Federais	2.050.131	1.831.085	2.262.858	2.049.132
Estaduais	1.750.891	939.375	2.179.401	1.338.949
Municipais	5.557	5.020	5.557	5.027
	3.806.579	2.775.480	4.447.816	3.393.108

Dentre as principais discussões de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos:

- (i) Processo judicial em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além de discussões sobre a caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS. Diante da evolução da discussão, com decisões favoráveis aos contribuintes, a análise dos assessores jurídicos internos e externos é que as chances de perda são possíveis com viés de remotas;
- (ii) Processo judicial e autuação em que a Companhia discute a violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção das Contribuições ao PIS e a COFINS sobre as receitas oriundas de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção, que segundo análise de seus assessores jurídicos internos e externos as chances de perda são possíveis com viés de remotas;
- (iii) Processos em que a Companhia discute com determinadas Unidades Federativas a inconstitucionalidade e a ilegalidade da cobrança do ICMS Diferencial de Alíquota nas vendas interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto em operações ocorridas a partir do ano de 2022, em razão do descumprimento pelos entes tributantes da anterioridade anual e das regras determinadas pela Lei Complementar nº 190/2022. Em 29 de novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal realizou o julgamento da matéria nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7066, 7078 e 7070 e, diante (a) da incerteza sobre as premissas consideradas pelo Tribunal, (b) da pendente publicação do acórdão do julgamento e (c) da ausência de definitividade da referida decisão, os assessores jurídicos internos e externos da Companhia classificam as chances de perda do tema como possíveis;
- (iv) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação;
- (v) Risco relacionado ao não estorno de impostos em perdas de inventários físicos. Além disso, a Companhia acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

25. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	3.792.410.880	56,19	3.792.410.880	56,23
Ações em circulação	2.899.500.334	42,96	2.898.868.832	42,71
Ações em tesouraria	57.015.634	0,84	57.647.136	1,06
Total	6.748.926.848	100,00	6.748.926.848	100,00

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores.

De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 1.200.000.000 de novas ações ordinárias.

b) Reserva de capital

Plano de opção de compra de ações - 2ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

A segunda outorga do Plano de Opção de Ações foi aprovada em 25 de outubro de 2013. Nesta oportunidade, foram outorgadas 38.831.232 opções e foi fixado o preço de exercício em R\$ 0,30 (já considerando os efeitos de desdobramento de ações). Tal plano terá prazo máximo de exercício de 12 anos, a contar da data da assinatura, desde que o beneficiário permaneça vinculado à Companhia e tenha cumprido as carências do plano. O valor justo de cada opção concedida foi estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas:

Premissa	2ª Outorga
Expectativa de vida média das opções (a)	5,5 anos
Volatilidade média anualizada	37,9%
Taxa de juros livre de risco	6%
Média ponderada do valor justo das opções concedidas	R\$0,19

(a) Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o *turn over* médio dos beneficiários do plano.

Em 31 de dezembro de 2023, havia 284.928 opções de ações exercíveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve movimentação nas opções de compra de ações ativas.

Plano de incentivo baseado em ações

A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo atrelado a ações, que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de abril de 2017. O plano tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto.

Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

A tabela a seguir demonstra o saldo (quantidade) de ações outorgadas em 31 de dezembro de 2023:

Tipo de programa	Data outorga	Prazo máximo carência	Posição Ações Outorgadas	Valor justo ¹
1º Performance share	20 de fevereiro de 2019	5 anos	21.601.618	R\$ 5,08
3º Matching share	04 de abril de 2019	5 anos	866.510	R\$ 5,05
4º Matching share	15 de abril de 2020	5 anos	1.100.186	R\$ 10,96
5º Restricted share	15 de abril de 2020	3 anos	534.104	R\$ 10,96
5º Matching share	04 de maio de 2021	5 anos	890.022	R\$ 19,86
6º Restricted share	04 de maio de 2021	3 anos	1.281.665	R\$ 19,86
7º Restricted share	04 de julho de 2022	3 anos	26.488.934	R\$ 2,16
10º Restricted share	25 de outubro de 2023	5 anos	17.011.618	R\$ 1,44
			69.774.657	R\$3,68

¹ Refere-se a média ponderada do valor justo calculado em cada programa.

Além dos planos acima demonstrados, a Companhia vem utilizando comumente, em seus processos de aquisição, a negociação de parte do preço de aquisição como contraprestação em ações de sua emissão ("MGLU3") aos ex-proprietários das empresas adquiridas. O número de ações compromissadas em 31 de dezembro de 2023 é de 6.008.627, que deverão ser entregues aos ex-proprietários até agosto de 2026, parte vinculadas ao atingimento de determinadas metas e parte como preço fixo negociado. Adicionalmente, a Companhia emitiu, no processo de aquisição do KaBuM, bônus de subscrição de até 50 milhões de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão, condicionado ao cumprimento de determinadas metas.

c) Ações em tesouraria

	Quantidade	Valor
Em 31 de dezembro de 2021	83.408.504	1.449.159
Alienadas no período	(11.704.126)	(203.350)
Em 31 de dezembro de 2022	71.704.378	1.245.809
Alienadas no período	(14.688.744)	(255.206)
Em 31 de dezembro de 2023	57.015.634	990.603

A redução do saldo de ações em tesouraria é igual a média ponderada do custo incorrido para adquirir as ações. Qualquer ganho ou perda em relação ao valor recebido pela alienação das ações em tesouraria é registrado como reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2023, o valor da ação MGLU3 era R\$ 2,02.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

No período findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de (R\$ 121.382) (R\$ 2.012 em 31 de dezembro de 2022), relacionado aos ajustes a valor justo de ativos financeiros em controladas e controladas em conjunto.

e) Prejuízo por ação

Os cálculos do prejuízo por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

Em milhares	Prejuízo básico		Prejuízo diluído	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total de ações ordinárias	6.748.926.848	6.748.926.848	6.748.926.848	6.748.926.848
Efeito de ações em tesouraria	(57.015.634)	(71.704.378)	(57.015.634)	(71.704.378)
Efeito dos planos de ações ao serem exercidas (a)	-	-	58.681.126	62.676.367
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	6.691.911.214	6.677.222.470	6.750.592.340	6.739.898.837
Prejuízo do exercício	(979.104)	(498.975)	(979.104)	(498.975)
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,146)	(0,075)	(0,146)	(0,075)

(a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima.

26. Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:

Revenda de mercadorias - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens serão transferidos ao cliente

A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

Receita de prestações de serviços - são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia. A Companhia possui as seguintes principais fontes de receita de serviços:

- intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;
- prestação de serviços de entregas através de suas controladas Magalog e GFL Logística.
- comissões cobradas pela Companhia, através de sua controlada Magalu Pagamentos, de seus clientes pelo processamento de operações financeiras transacionadas nas plataformas de e-commerce do Grupo Magalu.
- administração de consórcios na controlada Luiza Administradora de Consórcios, onde a receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Varejo - revenda de mercadorias	34.716.628	34.545.662	41.281.638	41.746.601
Varejo - prestações de serviços	2.393.162	1.835.277	3.698.824	2.938.780
Outros serviços	-	-	610.521	503.625
Receita bruta	37.109.790	36.380.939	45.590.983	45.189.006
Varejo - revenda de mercadorias	(6.808.114)	(6.359.571)	(8.094.147)	(7.287.260)
Varejo - prestações de serviços	(204.041)	(149.237)	(331.567)	(238.731)
Outros serviços	-	-	(397.120)	(364.013)
Impostos e devoluções	(7.012.155)	(6.508.808)	(8.822.834)	(7.890.004)
Receita líquida de vendas	30.097.635	29.872.131	36.768.149	37.299.002

27. Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

Política contábil

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos das mercadorias revendidas	(22.436.918)	(22.098.829)	(26.552.256)	(26.786.637)
Custos das prestações de serviços	-	-	(52.010)	(73.469)
	(22.436.918)	(22.098.829)	(26.604.266)	(26.860.106)

28. Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas operacionais

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal (a)	(2.403.863)	(2.501.349)	(3.067.663)	(3.031.764)
Despesas com prestadores de serviços	(3.310.606)	(2.724.503)	(3.477.478)	(2.936.673)
Depreciação e amortização - vendas	(472.575)	(479.889)	(646.535)	(642.423)
Depreciação e amortização - administrativas	(529.283)	(460.976)	(596.156)	(521.201)
Outras	(1.099.867)	(1.137.731)	(2.343.032)	(2.259.804)
	(7.816.194)	(7.304.448)	(10.130.864)	(9.391.865)
Classificados por função como:				
Com vendas	(5.612.277)	(5.389.954)	(7.002.066)	(6.741.109)
Gerais e administrativas	(912.413)	(847.184)	(1.335.204)	(1.370.198)
Depreciação e amortização	(1.001.857)	(940.865)	(1.242.690)	(1.163.624)
Outras receitas operacionais, líquidas (nota 29)	(289.647)	(126.445)	(550.904)	(116.934)
	(7.816.194)	(7.304.448)	(10.130.864)	(9.391.865)

(a) A Companhia provê a seus empregados, benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, “cheque-mãe”, além de plano de ações para os colaboradores elegíveis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 25.

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

29. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Apropriação da receita diferida (a)	89.815	62.657	112.720	75.958
Créditos tributários (b)	524.947	13.474	525.703	28.175
Provisão para riscos (c)	(206.485)	(19.363)	(363.010)	(34.662)
Resultado de baixa de ativos	(6.708)	(1.357)	(20.512)	(695)
Venda de participação societária (d)	201.920	-	201.920	-
Honorários especialistas (e)	(24.850)	(26.812)	(27.655)	(30.425)
Despesas reestruturação (f)	(195.132)	(136.234)	(299.942)	(136.234)
Revisão de estimativas (g)	(670.647)	-	(670.647)	-
Outras	(2.507)	(18.810)	(9.481)	(19.051)
Total	(289.647)	(126.445)	(550.904)	(116.934)

- a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de exclusividade de exploração de serviços financeiros, conforme descrito na nota 22.
- b) Refere-se aos registros de créditos tributários de PIS/COFINS, conforme descrito na nota 11.
- c) O principal valor em 2023 refere-se à provisão relativa ao processo de ICMS-Difal, detalhado na nota 24.
- d) Trata-se de venda da participação societária da LuizaSeg Seguros S.A para NCVP Participações Societárias S.A, conforme descrito na nota 14.
- e) Gastos referentes aos custos assessórios para integração de empresas e honorários advocatícios.
- f) Refere-se às despesas relacionadas a adequação de quadros administrativos e de vendas, bem como gastos necessários para integração dos negócios adquiridos no passado.
- g) Revisão de estimativas de saldos a receber de bonificações de fornecedores, de acordo com nota 2.3.

30. Resultado financeiro

Política Contábil

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo ou ao custo amortizado do passivo.

A Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais. Os juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Juros de vendas de garantia estendida	138.909	122.547	138.909	122.547
Rendimento de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	72.557	71.896	152.130	134.942
Juros por atrasos nos recebimentos	37.129	28.197	37.272	28.285
Atualizações monetárias ativas (a)	683.959	333.823	744.922	378.393
Outros	1.151	4.224	32.868	31.258
	933.705	560.687	1.106.101	695.425
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(928.141)	(843.761)	(985.740)	(897.828)
Juros de arrendamento mercantil	(304.696)	(293.140)	(309.911)	(297.817)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(831.459)	(696.851)	(1.120.188)	(1.001.705)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	(72.490)	(92.756)	(72.490)	(92.756)
Impostos sobre resultado financeiro	(37.281)	(29.197)	(43.154)	(36.675)
Atualizações monetárias passivas	(104.070)	(179.882)	(110.286)	(176.845)
Outros (b)	(140.944)	(215.141)	(156.551)	(232.832)
	(2.419.081)	(2.350.728)	(2.798.320)	(2.736.458)
	(1.485.376)	(1.790.041)	(1.692.219)	(2.041.033)

- (a) Refere-se substancialmente à atualização monetária de créditos tributários descritos nas notas 11 e 12.
- (b) Os prêmios recebidos de bancos, por confirmar a existência de créditos dos fornecedores, conforme explanado na nota 19, estão aqui demonstrados líquidos de demais despesas com negociação de fornecedores.

31. Informação por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Outros Serviços. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia, comércio eletrônico (*e-commerce tradicional e marketplace*) e plataforma de gestão de *food delivery*. No contexto do marketplace, está somado a este segmento as informações relacionadas ao Fintech Magalu;
- Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;
- Operações de seguros - por meio da Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia. As operações de seguros afetaram o resultado da Companhia até a data da venda da participação societária da Luizaseg, descrita na nota 14;
- Outros Serviços - soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada Luiza Administradora de Consórcio, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos; serviços de gerenciamento de entregas de produtos - por meio da controlada Magalog e serviços de desenvolvimento de softwares por meio da controlada do Luizalabs.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

Demonstrações do resultado

	31/12/2023					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços	Eliminação (b)	
Receita bruta	44.980.461	2.231.808	239.147	2.619.045	(4.479.478)	45.590.983
Deduções da receita	(8.425.714)	-	-	(397.120)	-	(8.822.834)
Receita Líquida do segmento	36.554.747	2.231.808	239.147	2.221.925	(4.479.478)	36.768.149
Custos	(26.571.218)	(366.614)	(32.911)	(33.048)	399.525	(26.604.266)
Lucro bruto	9.983.529	1.865.194	206.236	2.188.877	(4.079.953)	10.163.883
Despesas com vendas	(6.846.356)	(538.218)	(152.422)	(2.164.233)	2.699.163	(7.002.066)
Despesas gerais e administrativas	(1.265.139)	(8.702)	(28.530)	(70.065)	37.232	(1.335.204)
Resultado da provisão pra perdas de crédito esperadas	(386.142)	(1.316.084)	-	(15)	1.316.084	(386.157)
Depreciação e amortização	(1.218.078)	(6.002)	(2.949)	(24.612)	8.951	(1.242.690)
Equivalência patrimonial	(117.631)	-	-	-	98.621	(19.010)
Outras receitas operacionais	(501.555)	(74.858)	1.609	(49.349)	73.249	(550.904)
Receitas financeiras	1.089.480	-	27.827	16.621	(27.827)	1.106.101
Despesas financeiras	(2.774.716)	-	(53)	(23.604)	53	(2.798.320)
Imposto de renda e contribuição social	1.057.504	30.686	(22.744)	27.759	(7.942)	1.085.263
Lucro (prejuízo) líquido do período	(979.104)	(47.984)	28.974	(98.621)	117.631	(979.104)

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial – Outros serviços (Nota 13)	(98.621)
Equivalência patrimonial – Luizacred (Nota 14)	(47.984)
Equivalência patrimonial – Luizaseg (Nota 14)	28.974
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	(117.631)
(-) Efeito de eliminação – Outros serviços	98.621
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	(19.010)

Demonstrações do resultado

	31/12/2022					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços	Eliminação (b)	
Receita bruta	44.685.383	2.104.456	366.184	2.290.734	(4.257.751)	45.189.006
Deduções da receita	(7.525.991)	-	-	(364.013)	-	(7.890.004)
Receita líquida do segmento	37.159.392	2.104.456	366.184	1.926.721	(4.257.751)	37.299.002
Custos	(26.814.649)	(316.346)	(48.830)	(60.891)	380.610	(26.860.106)
Lucro bruto	10.344.743	1.788.110	317.354	1.865.830	(3.877.141)	10.438.896
Despesas com vendas	(6.688.094)	(549.579)	(261.121)	(1.824.692)	2.582.377	(6.741.109)
Despesas gerais e administrativas	(1.306.025)	(11.301)	(34.094)	(64.173)	45.395	(1.370.198)
Resultado da provisão pra perdas de crédito esperadas	(238.304)	(1.244.841)	-	(1.354)	1.244.841	(239.658)
Depreciação e amortização	(1.147.512)	(5.985)	(6.020)	(16.112)	12.005	(1.163.624)
Equivalência patrimonial	(67.085)	-	-	-	31.347	(35.738)
Outras receitas operacionais	(125.313)	(66.900)	987	8.379	65.912	(116.934)
Receitas financeiras	680.605	-	27.219	14.820	(27.219)	695.425
Despesas financeiras	(2.714.017)	-	(74)	(22.441)	74	(2.736.458)
Imposto de renda e contribuição social	762.027	34.458	(23.951)	8.396	(10.507)	770.423
Lucro (prejuízo) líquido do período	(498.975)	(56.038)	20.300	(31.347)	67.085	(498.975)

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial – Outros serviços (Nota 13)	(31.347)
Equivalência patrimonial – Luizacred (Nota 14)	(56.038)
Equivalência patrimonial – Luizaseg (Nota 14)	20.300
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	(67.085)
(-) Efeito de eliminação – Outros serviços	31.347
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	(35.738)

- O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos, Netshoes, KaBuM, Fintech Magalu e Aiqfome. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e outros serviços, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.
- As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- As transferências de receita líquida entre os segmentos operacionais são menores que 10% da receita líquida combinada de todos os segmentos e não são regularmente revisadas pelo principal gestor de operações da Companhia.

Balanco patrimonial

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa	
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	
Contas a receber	
Estoques de mercadorias para revenda	
Investimentos	
Imobilizado, direito de uso e intangível	
Outros	

Passivos

Fornecedores	
Fornecedores - convênio	
Repasses e outros depósitos	
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	
Arrendamento mercantil	
Depósitos interfinanceiros	
Operações com cartões de crédito	
Provisão técnicas de seguros	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	
Receita diferida	
Outras	

Patrimônio líquido

Conciliação do investimento

Controladas (Nota 13)

Consórcio Luiza	95.508
Magalog	230.818
Luizalabs	253.708
Fintech Magalu	457.526
	<u>1.037.560</u>

Controladas em conjunto (Nota 14)

Luizacred	322.516
	<u>322.516</u>

Total dos investimentos

	<u>1.360.076</u>
(-) Efeito de eliminação	<u>(1.037.560)</u>
(=) Resultado de investimento consolidado	<u><u>322.516</u></u>

	31/12/2023		
	Varejo	Operações financeiras	Outros Serviços
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.430.852	28.981	162.494
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	779.072	14.871	-
Contas a receber	5.897.162	9.073.500	60.979
Estoques de mercadorias para revenda	7.497.299	-	-
Investimentos	941.023	-	-
Imobilizado, direito de uso e intangível	9.081.261	29.462	608.122
Outros	10.364.534	555.301	440.646
	<u>36.991.203</u>	<u>9.702.115</u>	<u>1.272.241</u>
Passivos			
Fornecedores	6.931.270	-	34.710
Fornecedores - convênio	2.358.092	-	-
Repasses e outros depósitos	1.765.149	-	-
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	7.353.948	-	907
Arrendamento mercantil	3.578.155	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	2.799.337	-
Operações com cartões de crédito	-	5.869.272	-
Provisão técnicas de seguros	-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.559.076	46.679	60.090
Receita diferida	1.248.165	-	492
Outras	2.586.814	664.311	557.535
	<u>27.380.669</u>	<u>9.379.599</u>	<u>653.734</u>
	<u>9.610.534</u>	<u>322.516</u>	<u>618.507</u>

Balanco patrimonial

	31/12/2022			
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.255.188	175.833	68	164.857
Títulos e valores mobiliários	304.298	26.797	348.059	-
Contas a receber	6.688.286	9.106.242	-	89.140
Estoques	7.790.069	-	-	-
Investimentos	927.191	-	-	-
Imobilizado, intangível e direito de uso	9.337.004	34.541	16.742	557.482
Outros	10.100.601	489.349	47.681	285.035
	<u>37.402.637</u>	<u>9.832.762</u>	<u>412.550</u>	<u>1.096.514</u>
Passivos				
Fornecedores	5.703.177	-	1.452	37.843
Fornecedores - convênio	3.802.237	-	-	-
Repasses e outros depósitos	1.552.643	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	7.107.284	-	-	1.473
Arrendamento mercantil	3.693.516	-	115	-
Depósitos interfinanceiros	-	2.780.669	-	-
Operações com cartões de crédito	-	5.328.314	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	390.738	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	1.122.260	35.707	1.899	71.505
Receita diferida	499.749	-	-	623
Outras	3.273.070	1.317.522	50.063	396.712
	<u>26.753.936</u>	<u>9.462.212</u>	<u>444.267</u>	<u>508.156</u>
Patrimônio líquido	<u>10.648.701</u>	<u>370.550</u>	<u>(31.717)</u>	<u>588.358</u>

Conciliação do investimento

Controladas (Nota 13)

Consórcio Luiza	75.363
Magalog	267.759
Luizalabs	205.329
Magalu Pagamentos	430.028
	<u>978.479</u>

Controladas em conjunto (Nota 14)

Luizacred	370.550
Luizaseg	(31.717)
	<u>338.833</u>

Total dos investimentos

	<u>1.317.312</u>
(-) Efeito de eliminação	(978.479)
(=) Resultado de investimento consolidado	<u>338.833</u>

32. Instrumentos financeiros

Política Contábil

Classificação inicial e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ao Valor Justo (VJR). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento e compensação

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “*forward looking*”, como premissas macroeconômicas de inflação e crescimento de vendas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 30 dias.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação de crédito, quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Categoria de instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Mensuração Valor justo	Controladora				Consolidado			
			31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e bancos	Custo amortizado	Nível 2	150.711	150.711	202.663	202.663	183.646	183.646	250.014	250.014
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	VJORA	Nível 2	2.788.161	2.788.161	3.442.071	3.442.071	4.511.062	4.511.062	5.395.869	5.395.869
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais	Custo amortizado	Nível 2	1.204.077	1.204.077	1.162.144	1.162.144	1.447.079	1.447.079	1.381.557	1.381.557
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	550.779	550.779	805.362	805.362	50.925	50.925	76.212	76.212
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	Custo amortizado	Nível 2	1.125.171	1.125.171	2.500.360	2.500.360	1.222.793	1.222.793	2.500.360	2.500.360
Equivalentes de caixa – Letras	VJR	Nível 2	239.537	239.537	2.276	2.276	239.537	239.537	2.276	2.276
Equivalentes de caixa – CDBs	Custo amortizado	Nível 2	723.414	723.414	603.825	603.825	2.119.607	2.119.607	2.130.280	2.130.280
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	Nível 2	4.809	4.809	14.525	14.525	4.809	4.809	14.525	14.525
Títulos e valores mobiliários	VJR	Nível 2	524.239	524.239	245.273	245.273	771.015	771.015	245.273	245.273
Total de Ativos financeiros			7.310.898	7.310.898	8.978.499	8.978.499	10.550.473	10.550.473	11.996.366	11.996.366

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Mensuração Valor justo	Controladora				Consolidado			
			31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores de mercadorias e convênio	Custo amortizado	Nível 2	8.320.661	8.320.661	9.615.743	9.615.743	9.324.071	9.324.071	10.797.651	10.797.651
Repasses e outros depósitos	Custo amortizado	Nível 2	-	-	-	-	1.765.149	1.765.149	1.552.643	1.552.643
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	6.928.737	6.998.865	6.677.178	6.827.377	7.354.855	7.424.983	7.108.757	7.258.956
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	Nível 2	3.514.349	3.514.349	3.651.663	3.651.663	3.578.155	3.578.155	3.693.516	3.693.516
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	325.607	325.607	256.707	256.707	100.961	100.961	152.511	152.511
Outras contas a pagar – aquisição	VJR	Nível 2	316.953	316.953	1.053.327	1.053.327	383.221	383.221	1.118.413	1.118.413
Total de Passivos financeiros			19.406.307	19.476.435	21.254.618	21.404.817	22.506.412	22.576.540	24.423.491	24.573.690

Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- a) Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- b) Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;
- c) Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Fluxos de caixa descontados, que considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Posição em 31/12/2023

<u>Controladora</u>	Saldo Contábil	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior a Três anos	Total
Fornecedores de mercadorias e convênio	8.320.661	8.320.661	-	-	8.320.661
Arrendamento mercantil	3.514.349	772.222	1.718.482	2.753.937	5.244.641
Empréstimos e financiamentos	6.928.737	2.928.459	4.000.278	-	6.928.737
Partes relacionadas	325.607	325.607	-	-	325.607
Outras contas a pagar - aquisição	316.953	183.977	-	132.975	316.952

<u>Consolidado</u>	Saldo Contábil	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior a Três anos	Total
Fornecedores de mercadorias e convênio	9.324.071	9.324.071	-	-	9.324.071
Arrendamento mercantil	3.578.155	781.617	1.739.389	2.787.441	5.308.447
Empréstimos e financiamentos	7.354.855	3.354.577	4.000.278	-	7.354.855
Partes relacionadas	100.961	100.961	-	-	100.961
Outras contas a pagar - aquisição	383.221	207.001	38.517	140.721	386.239

Considerações sobre outros riscos financeiros

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo e serviços de seguros, financeiros e outros como descrito na nota 31, de informação por segmentos. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 6.395.787 (R\$ 6.985.941 em 31 de dezembro de 2022). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Para as demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da IFRS 9), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$ 78.591 (R\$ 63.779 em 31 de dezembro de 2022), os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para perda esperada de créditos. Na nota 8 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito e que tenham uma classificação igual ou superior ao rating soberano (em escala global). Em 31 de dezembro de 2023, a quase totalidade dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de *rating* atingindo o

montante de R\$ 1.541.262 (R\$ 910.399 em 31 de dezembro de 2022) na Controladora e R\$ 3.188.772 (R\$ 2.474.329 em 31 de dezembro 2022) no Consolidado.

Risco de mercado: decorre do possível desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros, na taxa de inflação e nas taxas de câmbio.

Risco cambial: na data dessas informações trimestrais a Companhia não possuía operações cambiais significativas negociadas diretamente. Porém, muitos produtos que a Companhia comercializa, especialmente itens de tecnologia, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados, de forma que seus custos podem variar com a variação cambial. Assim, a gestão do risco cambial “indireto” está bastante ligada à gestão comercial, de preço e margem de produtos e é realizada juntamente com seus fornecedores, que procura não repassar grandes oscilações aos clientes finais.

Risco de taxas de juros: a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2023 a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções e aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, de redução e aumento nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 8,9 % a.a..

Os efeitos esperados das despesas financeiras de empréstimos e financiamentos líquidas de receitas com aplicações financeiras para os próximos três meses são como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Certificados de depósitos bancários (nota 6)	962.951	2.359.144
Fundos de investimentos não exclusivos (nota 6)	-	50.556
Equivalentes de caixa	962.951	2.409.700
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	578.311	779.072
Total equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	1.541.262	3.188.772
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	(6.928.737)	(7.354.855)
Exposição líquida	(5.387.475)	(4.166.083)
Despesa financeira de juros - exposição a CDI	8,90%	8,90%
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:		
Cenário base – taxa de 8,90% a.a.	(209.034)	(224.270)
Cenário aumento 25%- taxa de 11,13% a.a.	(261.293)	(280.337)
Cenário aumento 50% - taxa de 13,35% a.a.	(313.551)	(336.404)
Cenário redução 25%- taxa de 6,68% a.a.	(156.776)	(168.202)
Cenário redução 50% - taxa de 4,45% a.a.	(104.517)	(112.135)

33. Demonstrações dos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Varição de valor justos de ativos financeiros	(4.133)	(1.172)	(4.133)	-
Adições IFRS 16 – Direito de uso e arrendamento	461.151	872.460	511.953	897.262
Plano de ações – controladas	(24.829)	(31.262)	(24.829)	(31.262)

34. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, são assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil e D&O	100.000	100.000	194.025	194.025
Riscos diversos - estoques e imobilizado	6.646.341	6.556.541	7.398.581	7.714.867
Veículos	20.695	34.379	32.741	34.379
	6.767.036	6.690.920	7.625.347	7.943.271

35. Eventos subsequentes

Aumento de capital privado

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 26 de janeiro de 2024, foi aprovado um aumento de capital privado (“Aumento de Capital”), no montante de R\$ 1,25 bilhão, totalmente garantido pelos acionistas controladores e pelo Banco BTG Pactual S.A e suas afiliadas (“BTG”). O aumento de capital, a ser realizado dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia, contempla a emissão para subscrição privada de 641.025.641 ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 1,95 por ação, totalizando o valor de R\$ 1,25 bilhão. Tal aumento de capital tem por finalidade a aceleração dos investimentos em tecnologia, incluído a expansão do Luizalabs, evolução da plataforma *marketplace* e otimização da estrutura de capital da Companhia.

No dia 1 de março de 2024 encerrou-se o prazo para os acionistas ou respectivos cessionários exercerem o seu direito de preferência para subscrição de ações. Foram subscritas 548.704.710 ações, representando 85,6% da subscrição máxima e totalizou a integralização, naquela data, de R\$ 1.069.974.184,50. Tendo em vista que, no âmbito do Aumento de Capital, foi aprovada a emissão de 641.025.641 ações, verificou-se que 92.320.931 ações foram destinadas à subscrição de sobras, cujo período de subscrição se encerrou em 13 de março de 2024, com a totalidade das sobras subscritas e o valor integralizado na Companhia.